



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 06/2019

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2019

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS e 35 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	07
APROVAÇÃO DE ATAS	07
EXPEDIENTE	08
ORDEM DO DIA	39
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	89
ENCERRAMENTO	94

ATA N.º 06 / 2019**ABERTURA**

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, no Auditório do PARKURBIS, sito na Zona Industrial do Tortosendo, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. APROVAÇÃO DE ATA**

- a) Ata n.º 05/2019 – Sessão Ordinária realizada no dia 20 de setembro

2. EXPEDIENTE**3. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 4.1** Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 4.2** Proposta de Orçamento para 2020, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 4.3** 1.ª Revisão Orçamental da Receita;
- 4.4** Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano 2020 – Homologação da Ata/Relatório;
- 4.5** Nomeação de Júri para Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos Dirigentes;
- 4.6** Fixação de IMI para o ano 2020;
- 4.7** Fixação da Derrama para o ano 2019;
- 4.8** Participação Variável do IRS aos rendimentos auferidos em 2020;
- 4.9** Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada;
- 4.10** Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira;

- 4.11 Processo n.º 25/00 – Grupo Desportivo da Mata;
- 4.12 Declaração de Interesse Municipal do Projeto de Requalificação do Troço do Caminho Público de Ligação entre a Estrada Nacional EN339 e o "Alto dos Livros";
- 4.13 ARU – Centro Urbano de Vila do Carvalho;
- 4.14 Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Covilhã – REOT COVILHÃ 2019 – Versão Final - Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública.

5. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. ----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição de Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição de Dr. António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael em substituição de Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Dr. Jorge Manuel Matos Saraiva em substituição de José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho)**. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dra. Susete Neves Ferreira em substituição de Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.^o José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.^o Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à apreciação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração da numeração da mesma, sendo a versão corrigida a seguinte: -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1** Aprovação da Ata n.º 05/2019 – Sessão Ordinária realizada no dia 20 de setembro
- 1.2** Expediente
- 1.3** Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** Proposta de Orçamento para 2020, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3** 1.ª Revisão Orçamental da Receita;
- 2.4** Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano 2020 – Homologação da Ata/Relatório;
- 2.5** Nomeação de Júri para Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos Dirigentes;
- 2.6** Fixação de IMI para o ano 2020;
- 2.7** Fixação da Derrama para o ano 2019;
- 2.8** Participação Variável do IRS aos rendimentos auferidos em 2020;
- 2.9** Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada;
- 2.10** Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira;
- 2.11** Processo n.º 25/00 – Grupo Desportivo da Mata;
- 2.12** Declaração de Interesse Municipal do Projeto de Requalificação do Troço do Caminho Público de Ligação entre a Estrada Nacional EN339 e o "Alto dos Livros";
- 2.13** ARU – Centro Urbano de Vila do Carvalho;
- 2.14** Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Covilhã – REOT COVILHÃ 2019 – Versão Final - Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Ordem de Trabalhos foi colocada à votação, tendo a mesma sido ***aprovada por unanimidade***.

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, foi atribuída a palavra ao Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** que, após cumprimentar todos os presentes, saudou a iniciativa de a Assembleia Municipal se realizar na sua freguesia e “que este seja o mote para a Assembleia Municipal poder descentralizar o órgão e poder haver mais reuniões destas nas várias freguesias do concelho. Bem-vindos ao Tortosendo.” -----

1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS

ATA N.º 05/2019 – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20/09/2019

--- Foi submetida a ata, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, tendo solicitado o uso da palavra o Membro Municipal **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a ata traduzia o que se tinha passado na sessão.

“Contudo, no âmbito das votações e no âmbito do nome dos votantes, penso que temos aqui alguma coisa a alterar. -----

Temos uma votação que refere o sentido de voto diferente da bancada do PS. Não votou em bloco (o que acontece, de vez em quando, também a outros grupos municipais) e depois os referidos Independentes. -----

Nestas situações, pensamos nós que se deveria identificar a votação nominal. Portanto, se há elementos do PS que votaram com um sentido diferente, penso que se deveria referir o nome de quem é que votou sim ou quem é que votou não. Penso que há alguma necessidade de especificar. -----

Por outro lado, aparece também a indicação da votação de Independentes. -----

De acordo com o atual Regimento, os eleitos devem declarar em que grupo municipal se integram. -----

A ata refere, em várias votações, Independentes. Quem são? Comunicar o facto ao Presidente da Assembleia Municipal de acordo com o nº 5 do artigo 49.º - Capítulo V do Regimento. -----

Quem votou a favor, contra ou se absteve denominado Independente? Só se resolve, pensamos nós, colocando o nome do grupo municipal quando o mesmo vota em bloco e dos votantes de acordo com as opções contra/a favor/abstenção quando no grupo exista diferentes posições; quanto aos ditos Independentes, deverá constar o nome em cada votação, caso contrário não conseguimos identificar quais os Independentes que votaram e qual o seu sentido de voto.” ---

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu o Senhor Membro Municipal que, “neste momento, já não é possível irmos recuperar pessoa a pessoa. A explicação que está a dar o secretariado é que as pessoas que votaram e principalmente na área dos Senhores Presidentes de Junta, é que pode haver alguns que não sejam independentes, mas que estejam em listas do PS. -----

Obviamente que, neste momento, é impossível ir tirar essa votação uma por uma. -----

Futuramente poderemos ter de corrigir essa situação.” -----

Não havendo mais intervenientes, a **ata n.º 05/2019 da Sessão Ordinária realizada no dia 20/09/2019** foi colocada à votação, tendo sido a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção da Moção "Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir Alterações Climáticas"; -----
- Email do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção do Voto de Protesto "pela decisão da Administração Central do Sistema de Saúde ter retirado, como local de realização, a prova nacional de acesso à formação especializada em medicina da Universidade da Beira Interior – Faculdade de Ciências e Saúde"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Governo sobre a "Redução do caudal dos rios Tejo e Ponsul"; -----
- Ofício n.º 73340 da Administração Central do Sistema de Saúde, IP a acusar a receção do Voto de Protesto e a informar que já estão definidos os locais, para a realização da prova, e a logística organizada, sem prejuízo de, no futuro, ser feita a revisão de qualquer aspeto conforme a experiência adquirida no âmbito da PNA 2019; -----
- Email da Assembleia Municipal de Celorico da Beira a enviar Moção de Apoio à candidatura do GEOPARK Estrela à UNESCO; -----
- Ofício n.º GR/9772080 da Universidade da Beira Interior - Gabinete do Reitor a acusar a receção e agradece o Voto de Congratulação, aprovado por unanimidade na Sessão de 20 de setembro de 2019; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento e divulgação, a resposta à pergunta formulada sobre "Falta de meios humanos no Posto da GNR do Teixoso"; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, o Projeto de Lei n.º 21/XIV/1ª alteração à Lei 2/2011, de 9 de fevereiro; -----

- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, o Projeto de Resolução n.º 51/XIV, apresentado pelos Senhores Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira, avaliação da aplicação da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, sobre a criminalização de maus tratos a animais, proteção aos animais e alargamento dos direitos das associações zoófilas; -----
- Informação I-CMC-2661 da Câmara Municipal da Covilhã sobre os procedimentos para atualização de dados pessoais e bancários dos Membros da Assembleia Municipal; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos referente "Devolução do Imposto Municipal sobre Transmissões". -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou que fossem preenchidos os impressos relativos à atualização de dados pessoais e bancários dos Membros da Assembleia Municipal e ainda que fossem assinadas as atas do Direito de Oposição. -----

--- Seguidamente, o Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** pediu a palavra para, relativamente à "Moção de Apoio à candidatura do GEOPARK Estrela à UNESCO" enviada pela Assembleia Municipal de Celorico da Beira, dizer que a maioria dos membros municipais da mesma era do PS e do PSD e que "vamos ter aqui, com certeza, um "jogo sem fronteiras" em relação à sede!"

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva** do **Partido Comunista Português** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 01)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras – Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Vivemos num mundo agitado pelas alterações climáticas, pelos conflitos armados e corrida aos armamentos, pelos golpes de estado camuflados em processos judiciais e por golpes de Estado em confronto direto com as opções dos povos. -----

Vivemos num mundo onde a procura, a apropriação e a exploração dos recursos naturais, quer os da velha geração (petróleo, gás) quer os da nova (o lítio), motivam ações violentas para dominar os Estados, tornando-os reféns de interesses económicos e financeiros. -----

Vivemos num mundo onde se impõem valores e se destroem imensas manchas da natureza, da floresta, habitat de povos, fundamentais para o equilíbrio do Planeta e para a vida humana. ---

A suportar todas estas opções do capitalismo predador, encontramos forças que vão espalhando pelo mundo inteiro centenas de aquartelamentos de militares e armas, algumas de destruição maciça, pressionando os povos, impondo a vontade do capital na apropriação dos recursos e dos mercados. -----

Quando não é pela via armada utilizam-se os bloqueios económicos para a criação de dificuldades às populações no acesso a bens importados e/ou para a produção dos mesmos. ---

É a estratégia do caos para a submissão dos povos, provocar a convulsão social, pela carência do essencial, incluindo medicamentos, para a sobrevivência das pessoas. -----

Utilizam-se os muros para dificultar a circulação de pessoas que fogem da agressão feita aos seus países. -----

Vivemos num mundo com avanços extraordinários e gigantescos na área das tecnologias digitais, caminhando da 4G para uma 5G, com consequências diretas na produção, na diversificação de atividades e no aumento da riqueza global de cada País. -----

Temos dinheiro e tecnologia para ir à Lua e explorar Marte. -----

Temos dinheiro para suportar máquinas extraordinárias de guerra com equipamentos nunca vistos pelo comum mortal. -----

Mas não existe dinheiro para acabarmos com a fome, assegurar o direito à habitação, à Saúde, à Educação, assegurar os direitos das Crianças, dos Idosos e das mulheres. -----

Temos dinheiro para pagar as loucuras, os desvios, que não roubos, dos detentores do sistema financeiro. -----

Transforma-se a dívida privada em dívida pública. -----

O Estado pede financiamento para dar cobertura à dívida dos bancos, às suas imparidades, ao crédito malparado atribuído aos amigos dos banqueiros e aos investimentos de risco. -----

Para pagar o financiamento pedido, lá vem o Estado cortar nos direitos, salários e pensões (como fez o PSD e o CDS) ou cortar no funcionamento e investimento nos serviços públicos (como fez e faz o governo do PS). -----

Transforma-se a dívida privada em dívida pública e colocam-se as populações, através do seu empobrecimento e/ou da redução da eficácia dos serviços públicos, a pagar a dívida. -----

De forma contraditória, muitos ficam contentes quando têm notícia do pagamento de empréstimos ao FMI ou ao BCE mas protestam (com razão) porque não têm salários ou reformas dignas ou porque os serviços públicos não dão resposta às necessidades das populações. -----

Em vez de se questionar, se os empréstimos são legítimos, nos juros, prazos e montantes; em vez de se questionar o Tratado Orçamental e as suas metas, ou seja, em vez de se questionarem as ordens da União Europeia que nos estrangulam, cortamos nos salários, pensões e segurança social ou cortamos no financiamento e investimento nos serviços públicos, na economia, na indústria, na agricultura e floresta. -----

Pelas razões atrás expostas é que se implementam medidas economicistas e se criam dificuldades. -----

Aos municípios pela transferência de competências em várias áreas de serviços públicos. -----

Colocam-se os municípios, o poder local, a pagar as funções sociais que competem à administração central. -----

E na Covilhã, por obediência política, a Câmara que está endividada, aceita os encargos de tais transferências, juntando-se, na área da Educação ao universo das 25% que aceitaram. -----

Criam-se dificuldades às Universidades e cá temos o Sr Reitor da UBI a queixar-se do subfinanciamento e das dificuldades existentes na prestação de serviços e na área do pessoal docente e não docente. -----

Criam-se dificuldades na área da Saúde com a redução da eficácia dos serviços de urgência, com o encerramento de valências, com a contratação de pessoal médico, enfermeiros e auxiliares de ação médica, com a implementação de outros serviços. -----

Os serviços do Ministério da Agricultura praticamente desapareceram no apoio à agricultura, nomeadamente, à agricultura familiar e à floresta. -----

Dificuldades com a rede viária. Desde logo com a nossa ligação a Coimbra e a ausência de investimento na implementação do IC6. -----

Dificuldades na rede viária concelhia, por opção do PS, na Câmara Municipal, quanto às suas prioridades de investimento. -----

Vivemos num País onde se depositam mais de 50.000 milhões em offshores sem pagamento de qualquer imposto. -----

Vivemos numa região onde se paga a quem trabalha um salário abaixo da média nacional. -----

Vivemos num concelho onde quem tem lucros de milhões paga pouco acima do salário mínimo e 2.37 € de subsídio de refeição. -----

Vivemos num concelho onde se abusa do trabalho precário com o aproveitamento das carências e necessidades do ser humano. -----

Problemas e contradições que -----

Vemos, ouvimos e lemos e não podemos ignorar -----

Porque “Só há liberdade a sério quando houver PAZ, PÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO”

Outro caminho é possível, com uma política patriótica e de esquerda, como o Partido Comunista defende. -----

Disse. -----

Os eleitos do PCP” -----

--- Tomou a palavra o Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva**, pelo **Partido Social Democrata**, que, após cumprimentar todos os presentes, apresentou três propostas de **Voto de Louvor** que, a seguir, se dão como integralmente reproduzidas: **(Docs.02, 03 e 04)** -----

“Ao escritor covilhanense João Morgado pela obtenção do Prémio Literário Ferreira de Castro de Ficção Narrativa. -----

O Prémio Literário Ferreira de Castro de Ficção Narrativa é promovido pela Câmara Municipal de Sintra com o objetivo de estimular a criação literária, e homenagear o grande romancista e autor cosmopolita, que escolheu a vila para escrever uma significativa parte da obra e à qual legou o seu espólio e o seu corpo. -----

Este importante prémio literário destina-se a autores nacionais, a cidadãos de países de língua oficial portuguesa, cidadãos comunitários e cidadãos estrangeiros. -----

O Júri atribuiu o primeiro prémio à obra inédita “Livrai-me do Mal” do escritor covilhanense João Morgado. Esta obra será agora editada com uma tiragem de mil exemplares. -----

João Morgado recebeu no dia 18 de Novembro de 2019 do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Basílio Horta, o Prémio Literário Ferreira de Castro de Ficção Narrativa 2019. A cerimónia decorreu no Museu das Artes de Sintra (MU.SA). -----

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe na sessão de 25 de Novembro de 2019, deliberar: -----

1. Saudar o escritor covilhanense João Morgado pela atribuição do Prémio Literário Ferreira de Castro de Ficção Narrativa 2019; -----
2. Enviar o presente Louvor a João Morgado. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio -----

José Sardinha” -----

--- Colocado à votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor ao covilhanense João Morgado pela obtenção do Prémio Literário Ferreira de Castro de Ficção Narrativa.** -----

“A Vasco Ferrinho Lopes pela atribuição do Prémio para Melhor Tese de Mestrado atribuído pela Associação Portuguesa de Reconhecimento de Padrões. -----

Vasco Ferrinho Lopes, aluno de Engenharia Informática da Universidade da Beira Interior (UBI), foi autor da dissertação vencedora do Prémio para a Melhor Tese de Mestrado, atribuído pela Associação Portuguesa de Reconhecimento de Padrões. O galardão foi entregue no dia 31 de outubro e reconheceu a qualidade científica da dissertação intitulada “RobotChain: Artificial Intelligence on a Blockchain using Tezos Technology”. -----

O trabalho, desenvolvido no contexto do mestrado em Engenharia Informática, teve como orientador o docente Luís Alexandre (Departamento de Informática da UBI) e focou-se na integração de tecnologias Blockchain com algoritmos de Inteligência Artificial. -----

O prémio Melhor Tese de Mestrado pela APRP visa distinguir trabalhos de mérito elevado na área de Reconhecimento de Padrões, defendidos numa instituição do Ensino Superior português. -----

Vasco Ferrinho Lopes recebeu o prémio na sessão de encerramento da conferência RECPAD'19, que se realizou na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. -----

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe na sessão de 25 de Novembro de 2019, deliberar: -----

1. Saudar Vasco Ferrinho Lopes pela atribuição do Prémio para Melhor Tese de Mestrado atribuído pela Associação Portuguesa de Reconhecimento de Padrões em 2019; -----
2. Enviar o presente Louvor a Vasco Ferrinho Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio -----

José Sardinha” -----

--- Colocado à votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor a Vasco Ferrinho Lopes pela atribuição do Prémio para Melhor Tese de Mestrado atribuído pela Associação Portuguesa de Reconhecimento de Padrões.** -----

“Ao Maestro Luís Cipriano e ao Coro Misto da Beira Interior pela atribuição de vários prémios no âmbito do Adriatic Pearl Choir Competition & Festival (Croácia). -----

Ao Coro Misto da Beira Interior pela conquista de quatro medalhas de ouro, nas quatro categorias em que participou no Adriatic Pearl Choir Competition & Festival e a distinção pela melhor interpretação. -----

Ao Maestro Luís Cipriano que dirigiu o Coro Misto viu distinguida a sua obra “Crazy meley for crazy people”, como a obra mais original. -----

Na primeira edição do Adriatic Pearl Choir Competition & Festival que decorreu de 30 de Outubro a 3 de Novembro em Dubrovnik na Croácia, o Coro Misto da Beira Interior competiu nas categorias de Música Sacra, Coros Mistos, Folk e Música Moderna tendo conquistado as quatro medalhas de ouro da competição. O concurso contou com a participação de coros da Bélgica, Croácia, Áustria, China, Indonésia, Suécia, Israel, Lituânia, Noruega, Polónia, sendo o Coro Misto o único representante de Portugal. -----

O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe na sessão de 25 de Novembro de 2019, deliberar: -----

1. Saudar o Maestro Luís Cipriano e o Coro Misto da Beira Interior pela conquista de quatro medalhas de ouro e a distinção por obra mais original e Coro com melhor interpretação.
2. Enviar o presente Louvor ao Maestro Luís Cipriano e ao Coro Misto da Beira Interior. ---

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio -----

José Sardinha” -----

--- Colocado à votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar o Voto de Louvor ao Maestro Luís Cipriano e ao Coro Misto da Beira Interior pela atribuição de vários prémios no âmbito do Adriatic Pearl Choir Competition & Festival (Croácia).** -----

Seguidamente, fez a intervenção que se transcreve: **(Doc. 05)** -----

“Alguns dias depois de assinalarmos os 149 anos da elevação da Covilhã a cidade, Nuno Francisco, director do Jornal do Fundão escreveu um editorial com o título **“E que tal acordar para a realidade?”** -----

Escreveu nesse editorial, que a retirada de serviços básicos públicos das freguesias com o argumento de que ninguém lá vive levou a que fossem tomadas medidas que classifica como, **“ajustes de merceeiro”**. -----

Pergunta Nuno Francisco: **“Quem quer viver onde não existe emprego, saúde, educação e transportes?”** -----

Havia a expectativa que a Proposta de Lei elaborada em Conselho de Ministros | que foi conhecida este ano | desse origem a um processo que possibilitasse a reversão das agregações de freguesias ocorrida em 2013. -----

A manterem-se os critérios desta Proposta de Lei, o país poderá assistir à extinção de **1936 freguesias**. -----

Esta proposta trava também a reposição das **1168 freguesias** extintas em 2013. -----

A manterem-se os critérios, podemos assistir a uma redução de 70% do número de freguesias, fixando-se o número em **946 freguesias**. -----

O governo disse que deu o seu contributo, elaborando esta Proposta de Lei, salientando que esta matéria é da competência do parlamento. -----

Interessa (pois) conhecer a posição sobre esta Proposta de Lei de TODOS os deputados eleitos pelo distrito de Castelo Branco na Assembleia da República e da ministra da Valorização do Interior. -----

Estando o maior partido da oposição em eleições internas, o que nos podem dizer os candidatos à liderança do PSD sobre este assunto? -----

Voltemos então ao título do editorial de Nuno Francisco: **“E que tal acordar para a realidade?”**

Nesta matéria, acordar para a realidade é actuar por **antecipação** e não nos conformámos com esta Proposta de Lei e saber mudar os critérios a favor das nossas gentes e adequá-los à nossa realidade. -----

É colocar todos os órgãos autárquicos locais no processo, pois quanto maior for a nossa participação, com uma discussão sólida, chegaremos a uma solução mais adequada à realidade local. -----

Quero voltar a falar-vos da criação da freguesia **nas Penhas da Saúde** que também tem enquadramento nesta Proposta de Lei. -----

É essencial desenvolver (como disse) um debate sólido e proveitoso sem que ninguém fique de fora. Consideramos que deve haver um debate inclusivo e chamo a atenção para o seguinte: ---

Ser **contra** a criação de uma freguesia nas Penhas da Saúde é o mesmo que estar **contra** a reversão das 7 freguesias agregadas a mando da Troika no concelho da Covilhã. -----

Talvez seja má ideia **dizer** que não há moradores nas Penhas da Saúde pois esse também foi o argumento usado em 2013 para fechar juntas de freguesia. -----

Quem usar este argumento cai na armadilha de reduzir a função de uma Junta de Freguesia à sua dimensão populacional. -----

Nuno Francisco diz isso mesmo quando fala daqueles que justificaram encerramento de Juntas de Freguesia porque não havia pessoas, levando às tais decisões de merceeiro. -----

Onde há **dinamismo económico** há **dinâmicas sociais** e com isto percebe-se bem a viabilidade de uma Junta de Freguesia nas Penhas da Saúde. -----

Se não queremos dividir e se queremos manter unidade na decisão que venha a ser tomada, seja ela qual for, pois façamos um **referendo local** e pergunte-se a todos os covilhanenses se são favoráveis à criação de uma freguesia nas Penhas da Saúde? -----

As Penhas da Saúde têm uma identidade histórica e cultural própria. -----

As Penhas da Saúde têm uma tipologia própria das actividades económicas que já hoje ali se desenvolvem. -----

As Penhas da Saúde apresentam condições únicas para que ali se desenvolvam projectos ligados à saúde e desporto de alta competição. -----

Em pleno século XXI acham adequado a cobertura de transportes públicos, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e telecomunicações como aquela que hoje existe nas Penhas da Saúde? -----

Alguém compreende que hoje não haja distribuição de correio nas Penhas da Saúde? -----

Continua por resolver o problema de legalização de casas nas Penhas da Saúde. -----

É para isto que serve uma Junta de Freguesia: resolver os problemas concretos das pessoas. ---

Alguém duvida da viabilidade de uma agência bancária e de um multibanco naquele ponto da Serra da Estrela? -----

Uma outra condição para a criação de uma Freguesia é a existência de uma farmácia e de um Posto de Saúde. Eu defendo uma Unidade de Saúde Familiar. Alguém questiona a viabilidade de uma unidade de saúde como esta, inclusivé, a funcionar ao fim de semana? -----

Temos colectividades e Clubes Desportivos ligados à Serra da Estrela que devem ter ali as suas sedes e sabemos que é viável um equipamento cultural nas Penhas da Saúde. -----

Faz sentido construir um edifício para uma sede da Junta de Freguesia que também possa resolver o problema das instalações da Brigada de Montanha da GNR? Claro que faz sentido. --

Faz sentido pensar numa plataforma para a Proteção Civil localizada a 1500 metros de altitude?

Faz todo o sentido. -----

Faz sentido a existência de um pavilhão desportivo nas Penhas da Saúde? Ouve-se falar num centro de alta competição em altitude. Porque não juntar a ideia com esta infraestrutura. -----

Falou-se a semana passada na implantação de um pavilhão do gelo nas Penhas da Saúde. Faz sentido? Faz todo o sentido. -----

Faz sentido pensar num novo modelo de habitação social nas Penhas da Saúde para fomentar a fixação de residentes? Claro que faz sentido. -----

Voltemos a recordar a pergunta de Nuno Francisco: ***“Quem quer viver onde não existe emprego, saúde, educação e transportes?”*** -----

Com aquilo que dissemos respondemos a estas e outras perguntas no que diz respeito à criação de uma freguesia nas Penhas da Saúde. -----

Tal como já tivemos oportunidade de referir pensemos a **Administração Demográfica** para resolver o problema da **Coesão Territorial**. -----

Não são os territórios que precisam de medidas. -----

O que precisamos é de medidas para as pessoas se fixarem nos territórios. -----

Deixo uma nota final: se hoje déssemos início a este processo demoraríamos 10 anos a consolidar todos estes requisitos na criação da Freguesia das Penhas da Saúde. -----

Acabo como comecei: ***“E que tal acordar para a realidade?”*** -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio” -----

--- Tomou a palavra o Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo** pelo **CDS – Partido Popular** que, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Quem tem que propor um voto de louvor e de congratulação ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por convocar esta Assembleia para este dia e para esta data, finalmente se comemora o 25 de Novembro não de uma maneira solene, mas pelo menos de uma maneira formal, e permita ao CDS apresentar e debruçar-se sobre este tema que eu acho que é importante. -----

Propunha também este voto de louvor e vou citar aqui Mário Soares (por muito que as pessoas se surpreendam) que diz na sua obra “Um Político Assume-se”: o 25 de Novembro foi a normalização democrática; que foi extremamente importante o 25 de Novembro para Portugal; que foi o virar de uma página que poderia ter sido trágica; e a restituição da revolução de Abril à sua pureza inicial (a democracia pluralista de tipo ocidental num estado de direito civilista, respeitadora dos direitos humanos, de uma dimensão social, marcada de igualdade de oportunidades). -----

Isto, de facto, por muito que nos custe e por muito que custe a alguns, o 25 de Abril foi o que foi e respeitamos. Já me aqui congratulei pelo 25 de Abril, apesar de, para mim, ser um facto verdadeiramente negativo. Às vezes temos a tentação de esquecer que o 25 de Abril também teve implicações negativas para muita gente e, de facto, quem viveu em África, teve implicações muito negativas. Quem nasceu em África, como foi o meu caso, teve implicações verdadeiramente negativas. A verdade é que, não posso deixar de dizer, tive verdadeiros defensores da democracia em casa que me ensinaram os valores de Abril muito para além da visão redutora e míope que muitos defendem ainda hoje. Temos que ter a capacidade de perceber que o 25 de Novembro, com os seus protagonistas e com quem conseguiu pôr, de facto, a rota da democracia no sentido certo, merece-nos hoje, penso eu e aproveito que tenha sido marcada esta Assembleia Municipal nesta data, que, de facto, devemos saudar e celebrar na sua verdadeira essência. -----

Portanto, fica aqui o meu reconhecimento e o meu agradecimento a todos os protagonistas que, nesta madrugada de 25 para 26 de Novembro, conseguiram repor a democracia em Portugal. –
Tenho dito.” -----

--- Usou da palavra o Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro**, pelo **Movimento De Novo Covilhã**, que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou agradecendo “as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Tortosendo e as suas palavras são minhas também neste sentido: já há muito que propomos que, de facto, a Assembleia Municipal possa ser realizada em lugares descentralizados do nosso concelho. -----

Continuamos a dizer: falar-se do Interior é fácil, mas temos que ser nós também a dar o exemplo. Ficou aqui o repto lançado à Mesa neste belo edifício que faz parte de um projeto PARKURBIS que foi delineado no seu tempo, com uma determinada estratégia como todos nós sabemos, criticado na altura, mas, pelos vistos, a dar frutos no presente e certamente no futuro.” -----

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.06)** -----

“Exmo. Senhor Presidente -----

Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia -----

Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Mais um ato eleitoral ocorreu no passado dia 6 de outubro. -----

Mais um ato que decorreu com **civismo** e **respeito**. O que se saúda. -----

Mais um ato em que seis círculos eleitorais (Lisboa, Leiria, Aveiro, Setúbal, Porto e Braga) elegeram 66% dos deputados do parlamento. -----

Mais um ato com uma enorme taxa de abstenção. -----

Mais um ato com um **aumento** de votos em **branco** e **nulos**. -----

Mais um ato com um decréscimo de eleitores no concelho da Covilhã. -----

Mais um ato no qual, Partidos e apenas com os votos de um determinado círculo eleitoral conseguem eleger deputados. -----

Mais um ato no qual os portugueses não puderam eleger os seus representantes com base nas suas qualidades pessoais, pelo simples facto de não existirem círculos uninominais. -----

Mais um ato no qual ganha um partido do “arco da governação” neste caso o PS, sem maioria... tendo os demais partidos da geringonça ou perdido votantes e eleitos, no caso da CDU, ou perdido votantes mantendo os eleitos, no caso do Bloco de Esquerda... -----

Mais um ato no qual surgiram novas forças políticas no Parlamento... -----

CHEGA... INICIATIVA LIBERAL... LIVRE... foram as novidades. -----

Mais um ato no qual a estratégia delineada por PSD e CDS/PP, não permitiu um crescimento eleitoral e como tal uma vitória... pelo contrário, no caso do CDS/PP implicou uma pesada derrota, apesar e diga-se, da qualidade de alguns dos seus candidatos... -----

É preciso refletir... -----

Portugal não pode continuar com esta enorme taxa de abstenção... -----

Porque será que as pessoas não vão votar? O que leva a grande maioria dos portugueses a não exercerem o seu direito de voto? Será que os partidos políticos têm tido comportamentos adequados? Será que o sistema eleitoral não necessita de uma reforma? -----

Será que os eleitores e para além dos Partidos não podem votar nas pessoas? -----

Por outro lado é dramático o que se passa no interior... a população está a diminuir de forma significativa... o que importa fazer? O que deve ser feito? Qual o motivo que não se pensa e repensa em termos concretos o interior? De palavras estamos cheios... atos e políticas são necessários para que haja pessoas e empresas que queiram estar e trabalhar no interior... com qualidade de vida... com dignidade... sem desigualdades...! -----

Mais um ato... mais uma eleição no caso concreto no nosso círculo eleitoral de 4 deputados... as nossas felicitações... esperemos que não seja mais 4 entre muitos na Assembleia da República e que estejam atentos aos problemas e anseios do concelho da Covilhã... se façam ouvir... que lutem pelo fim das portagens na A23 e A25, pelo novo IC9... pela barragem da Covilhã, pela substituição do telhado da Escola Pêro da Covilhã... por estudos e análises ambientais adequadas no projeto em curso no Barco... pela despoluição do Tejo... por políticas que permitam apoiar empresas e pessoas no interior... -----

No mandato que nos resta, aqui estaremos para aplaudir ou criticar, caso os referidos deputados sejam mais 4 entre os outros, ou sejam 4 deputados com um “D” maiúsculo. -----

E já agora convém não esquecer que o concelho da Covilhã, está aqui tão perto. -----

Por último, não podemos deixar de assinalar, a passagem de mais um aniversário do dia **25 de novembro de 1975**. Data marcante para a história recente de Portugal. Data em que foi possível consolidar a liberdade e pluralismo democrático. Data que permitiu a Portugal que se instaurasse uma democracia pluralista, política e constitucionalmente baseada no regime semi-presidencialista e economicamente baseada numa economia de mercado. -----

Data que permitiu aos portugueses pensar de forma diferente, sem opressão ou prisão. -----

25 de novembro de 1975. Data que permitiu aos portugueses viverem em paz. -----

25 de novembro de 1975. Data marcante para a democracia em Portugal, da qual, muito devemos à intervenção de vários homens, nomeadamente, Jaime Neves e Ramalho Eanes, artífices do trilho traçado pela democracia e pela liberdade. -----

25 de novembro de 1975. Hoje e sempre. -----

O Grupo Parlamentar -----

“De Novo Covilhã” -----

--- Pelo **Partido Socialista** tomou a palavra o Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou falando sobre política nacional fazendo uma apreciação dos resultados das eleições legislativas, realizadas no dia 6 de outubro do corrente ano. -----

“Trouxeram aquilo que, a contragosto de alguns, é a sentença do Povo. -----

Tivemos uma participação importante, pese embora não tenhamos conseguido baixar a abstenção, mas tivemos uma participação substancial. -----

Tivemos resultados muito claros e uma conclusão clara: a Direita teve uma derrota substancial; uma derrota à altura e ao nível do tipo de oposição que fizeram durante os quatro anos, mas sobretudo ao tipo/nível das propostas que tinham para o País. Apresentaram-se às eleições com um projeto completamente catastrofista; é o discurso da desgraça, da decadência e que tudo está mal. -----

As pessoas estão fartas disso. As pessoas estão fartas dos políticos que dizem mal por dizer mal.

Creio que, porventura aqui na Covilhã, replicaremos as eleições legislativas. -----

Mas dar, de facto, esta nota de uma vitória substancial da esquerda, em que o Partido Socialista aumentou substancialmente a sua votação, o número de deputados e propõe-se, neste momento, governar os quatro anos da legislatura com os partidos na Assembleia. -----

Em termos locais, começaria por fazer um conjunto de votos de saudação e de congratulação. - Saudar a Associação Académica da Universidade da Beira Interior, na pessoa do Senhor Presidente Afonso Gomes, que foi distinguida pelo Instituto Português da Juventude com o prémio Boas Práticas no Associativismo Juvenil. -----

É para nós um orgulho – uma cidade que tem uma associação de estudantes, nomeadamente no ensino superior, que mobiliza e movimenta tanta gente que seja distinguida pelo aquilo que é as boas práticas do seu mandato e do associativismo. -----

Dar também nota daquilo que foi a cerimónia de sexta-feira do Juramento de Hipócrates que aconteceu na Faculdade de Ciências da Saúde. Creio que cerca de 150 ou 170 médicos fizeram o Juramento de Hipócrates (parte formal e simbólica antes de assumirem o compromisso de honra de desempenharem, de acordo com as boas práticas legais e éticas da profissão, o exercício da sua atividade). Aconteceu na Covilhã (creio que acontece em Coimbra, Lisboa, Porto, Braga e também na Covilhã). É um momento muito importante e só é possível porque, de facto, há umas décadas atrás houve alguém que, no Governo, entendeu que era necessário e fazia sentido ter uma faculdade de ciências da saúde na Covilhã. Contra tudo e contra todos, mesmo contra aqueles de alguns de cá, houve um governo (e esse governo é do Partido Socialista e do Eng.º António Guterres) que decidiu, em boa hora, sediar a faculdade de Ciências da Saúde na Covilhã e na Universidade da Beira Interior e, com isso, conseguimos ter esta cerimónia belíssima, fazendo votos para que alguns desses médicos possam ficar na nossa cidade e na nossa região a desempenhar funções. -----

Depois, fazer uma distinção ao Coro Misto da Associação Cultural da Beira Interior e já hoje foi aqui referido. Só quem viu aquilo que foi a homenagem que a Câmara Municipal da Covilhã fez ao Coro Misto, no passado domingo na Câmara Municipal, consegue perceber a qualidade daquele coro. É um coro que tem 25 anos. Ao fim de 25 anos, pela primeira vez, teve o apoio de um Ministério da Cultura. Quem conhece o trabalho daquela gente (trabalho que fazem com os alunos, com os pais e com as famílias gratuitamente, em regime de voluntariado) pela primeira vez tiveram o apoio do Ministério da Cultura e com esse apoio conseguiram ir a este concurso na Croácia. Esse concurso foi aquilo que hoje deu, motivo para que o CDS, que enquanto partido do Governo nunca apoiou aquela instituição, vir na Assembleia da República vangloriar-se e querer meter uma medalha ao peito com um voto de saudação. -----

Gostaria de dizer ao CDS e já o disse ao Maestro, eu espero que esses votos de congratulação se traduzam em apoios concretos quando os senhores estiverem no Governo, tanto no Governo da República como cá porque quem ouviu o discurso do Maestro Cipriano ele disse, de facto, que este concurso foi a cereja no topo do bolo, mas não havia bolo se não fosse a Câmara da Covilhã (ele disse-o lá). Não havia bolo porque finalmente, ao fim de muitos anos, diz ele “podemos fazer uma coisa que é fazer música. Não tenho de me andar a preocupar em dirigir e fazer música com os meus alunos e com a outra mão proteger dos políticos que lhe querem bater ou andar com a mão estendida a pedir dinheiro para fazermos a nossa atividade – finalmente temos estabilidade”. -----

Vou terminar fazendo uma questão muito clara à bancada do PSD e, aproveitando a comunicação social, à comissão política do PSD. -----

Ouvimos o Senhor Deputado Marco Aurélio perguntar ao líder do PSD, que esteve aqui há dias no Fundão, o que é que o líder do PSD pensa sobre a questão das freguesias da interioridade. Temos o senhor do PSD vir defender aqui a freguesia das Penhas da Saúde. Ora, toda a gente sabe que a Covilhã e o Interior estão parados porque não temos a freguesia das Penhas da Saúde! Eu gostava de perguntar, por um lado, ao Senhor Representante do PSD se, de facto, representa o PSD ou se isto é apenas mais um palco de promoção pessoal, e à Concelhia do PSD se se revê nesta intervenção e se este senhor, de facto, representa a concelhia.” -----

INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a Moção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc.07)** -----

“Moção pela Eliminação da Violência contra as Mulheres -----

Hoje, 25 de Novembro, assinala-se o **Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. A história deste dia está ligada ao assassinato das irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa Mirabal, mortas a 25 de Novembro de 1960, a mando do ditador Trujillo, na República Dominicana.** -----

Em sua homenagem, o I Encontro Feminista da América Latina, realizado em Bogotá, na Colômbia, em 1981, designou o dia 25 de Novembro foi como Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher. Em Março de 1999, a ONU reconheceu a data, que passou a ser comemorada desde então. -----

Passados 20 anos, são ainda muitas as formas de violência que continuam a ser exercidas contra as mulheres. As raízes destas formas de violência são as crescentes desigualdades sociais, a par da cultura do individualismo, situação que atinge particularmente as mulheres – dentro e fora de portas. -----

Em pleno século XXI, as desigualdades no trabalho e na vida são o terreno de onde surgem todas as violências. Regista-se a ampliação, banalização e metamorfoseia-se e justificam-se velhas e novas formas de abuso, maus-tratos e exploração, ao mesmo tempo que se mercantiliza muitas dessas expressões de violência. Violências de todo o tipo – físicas, psicológicas, sexuais, a violência simbólica e estética circulando na internet e redes sociais, que, em conjunto, constroem um modelo de mulher objeto, uma mercadoria transaccionável. -----

A **violência doméstica, considerada crime público a partir de 2000**, é uma das **facetas mais visíveis da violência** contra as mulheres e que maior condenação acolhe por parte da opinião pública, no entanto, **existem outras formas de violências que são silenciadas e até toleradas, facto que temos de condenar.** -----

Em pleno século XXI, a *violência em contexto de intimidade ou relações familiares próximas continua a matar e as mulheres são as principais vítimas.* -----

Nos últimos 15 anos foram mais de 500 mulheres mortas. Este ano, já foram assassinadas 28 mulheres, três homens e uma criança. -----

Esta realidade é inaceitável e perturbadora. Todos temos a responsabilidade de lutar pela eliminação de toda e qualquer forma de violência, seja ela física ou psicológica. -----

Os órgãos autárquicos, e em particular os municípios, detêm igualmente um papel essencial no cumprimento das medidas dos respectivos Planos Nacionais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. -----

Os Planos Municipais e Intermunicipais para a Igualdade, enquanto documentos estratégicos, reflectem prioridades estratégicas de intervenção, traduzindo em actividades concretas a política de cada Autarquia relativamente a esta matéria. -----

Assim, a Assembleia Municipal, reunida a 25 de Novembro de 2019, delibera: -----

- *Repudiar todo o tipo de violência exercida contra as mulheres e apelar a que todos os órgãos autárquicos contribuam para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e promover a igualdade real entre mulheres e homens;* -----
- *Apelar ao aprofundamento de medidas de Prevenção, Sensibilização e Educação para o combate à violência junto das camadas mais jovens do município;* -----
- **Exigir ao Governo que reforce as verbas no Orçamento do Estado 2020 para melhorar a qualidade das respostas dos serviços públicos de prevenção e de protecção das mulheres e os serviços de atendimento às vítimas em todo o território nacional;** -----
- *Reforçar o combate pela alteração das mentalidades e dos preconceitos contra as mulheres incompatíveis com os valores humanistas de Abril, da liberdade e da igualdade;* -----
- *Exigir que a prostituição seja assumida em Portugal como uma grave violência contra as mulheres e a implementação de programas de saída com reinserção e protecção social;* -----
- **Denunciar e promover a solidariedade com as mulheres vítimas de violência sexual em zonas de conflito e de guerra;** -----
- **Condenar a proliferação de imagens estereotipadas da mulher, objecto sexual, na publicidade, na pornografia e nas redes sociais, com concepções violentas e fortemente sexualizadas da relação entre mulheres e homens.** -----

Os Eleitos do PCP -----

Enviar a: Primeiro-Ministro; Grupos Parlamentares; CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) ” -----

--- Colocada à votação a **Moção pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres**, subscrita também pelo **Partido Socialista** e pelo **Movimento De Novo Covilhã**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** apresentou uma recomendação que, a seguir, se transcreve: **(Doc.08)** -----

“Exmo. Senhor Presidente -----

Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia -----

Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Tal como é do conhecimento de todos, a taxa de abstenção no nosso concelho nos últimos atos eleitorais tem sido bastante elevada, pelo que, o número de cidadãos que opta por votar, é deveras inferior ao número de cidadãos que opta por não votar. -----

Por outro lado, verificamos também uma diminuição dos cidadãos eleitores, certo que e atento aos últimos números conhecidos, o concelho da Covilhã tem cada vez mais uma população mais idosa. -----

Ora e para além de serem implementadas políticas a nível local e nacional que permitam inverter tal “*status quo*”, importa verificar, se de facto, há as melhores condições para o exercício do direito de votar por parte de todos os cidadãos eleitores. -----

A Covilhã é uma cidade da encosta da Serra da estrela, com as especificidades daí decorrentes. Por outro lado e atento ao envelhecimento da população, cada vez há mais pessoas com dificuldades em se deslocar aos edifícios nos quais estão instaladas as urnas eleitorais. -----

Diga-se, que o acesso para a Conservatória do Registo Civil da Covilhã para cidadãos com deficiência motora, continua por fazer... país este... como é possível? -----

Ora e voltando ao tema, consideramos que é urgente repensar os locais nos quais estão instaladas as mesas eleitorais na Covilhã... permitindo a criação de pelo menos dois novos locais: Um na zona nova da Cidade, nomeadamente na sede da União de Freguesias da Covilhã/Canhoso, outro na zona da Biquinha, no edifício da antiga DRABI, ou na sede do Grupo de Educação e Recreio Campos Melo. -----

São duas sugestões. No entanto, o importante é repensar os locais de forma a permitir um melhor acesso às pessoas, nomeadamente as mais idosas. -----

Assim, o Grupo Parlamentar De Novo Covilhã, recomenda à Câmara Municipal da Covilhã que proceda a uma reanálise dos locais onde são instaladas as mesas eleitorais, com a criação de novos locais, nomeadamente no Bairro da Biquinha e zona nova da cidade – Estação – de forma a permitir melhor acesso, nomeadamente às pessoas mais idosas. -----

O Grupo Parlamentar -----

“De Novo Covilhã” -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, após os cumprimentos feitos, informou que “a bancada do Partido Socialista tinha preparado uma moção no mesmo sentido que a da bancada do Partido Comunista relativamente à violência doméstica e, se os Senhores Deputados da bancada do Partido Comunista Português não tiverem qualquer objeção nesse sentido, gostaríamos de nos juntar a vós nessa moção.” -----

De seguida, apresentou um “voto de repúdio pelas afirmações que o Senhor Deputado João Bernardo nos trouxe aqui segundo as quais o 25 de Abril foi uma coisa negativa. -----

Independentemente de nós termos feito ou não parte do *establishment* à data, independentemente do que cada um de nós fosse no 25 de Abril, nunca pode ter sido uma coisa que seja negativa, no entender do Partido Socialista.” -----

Portanto, propor um Voto de Repúdio por estas afirmações.” -----

Por último, leu a intervenção que, a seguir, dá como integralmente reproduzida, não a tendo lido até ao seu término por ter finalizado o seu tempo de intervenção: **(Doc.09)** -----

“Exmos. Senhores. -----

Comemorámos no passado dia 20 de outubro os 149 anos da elevação da Covilhã a cidade. E fizemo-lo promovendo um conjunto de iniciativas que muito honram a cidade e o Concelho e simultaneamente lançando as fundações que virão a constituir a base de um futuro melhor para a Covilhã. -----

Antes de mais, não posso deixar de me referir à atribuição do nome de Mahatma Gandhi a uma das ruas do Concelho. A iniciativa promovida pelo Município para homenagear Mahatma Gandhi, que contou com a presença da embaixadora da Índia em Portugal, teve a virtude de trazer até nós um conjunto de empresários indianos, dando a conhecer o concelho e as suas potencialidades. Aguardamos com expectativa que os contatos estabelecidos possam trazer investimentos e boas notícias aos covilhanenses. No entanto, nem só de investimento e economia vivemos. Vivemos também, ou sobretudo, de intervenção cívica, de obediência à ética, de servir os outros, que é o que ao fim e ao cabo aqui fazemos todos, vivemos também numa dimensão espiritual que dá sentido a tudo o que fazemos. E neste aspecto Gandhi foi, indubitavelmente um exemplo. -----

No âmbito de uma dimensão moral e espiritual sempre constante, que se manifestava nas mais pequenas coisas, desde o trato com que brindava os outros, do mais pobre ao mais rico, do mais humilde ao mais arrogante, até à profunda preocupação com o que comia. Promovendo a Resistência Civil através da não cooperação com as instituições do Império Britânico, alcançou a independência da Índia apelando sempre, ou melhor exigindo sempre a não violência. A este propósito ficará sempre na memória as diversas greves de fome que fez como forma de se penitenciar das poucas situações violentas que decorreram neste período. A dimensão do homem permitiria que muito mais se pudesse discorrer sobre ele nunca nos cansando e sempre colhendo ensinamentos. Mahatma Gandhi foi e é um farol para todos nós, e a mim muito me orgulha que a minha terra tenha sabido homenagear um dos homens maiores que a história da nossa espécie já conheceu. -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

A comemoração dos 149 anos de elevação da Covilhã a cidade teve outros aspetos que importa relevar. Desde logo saudar a Câmara Municipal pela escolha que fez das personalidades que entendeu distinguir neste ano. Nesse sentido, a bancada do Partido Socialista saúda todos os homenageados uma vez mais e reconhece que muito temos a aprender com os seus exemplos. Depois importa destacar também o relevo dado pelo Senhor Presidente ao papel que os irmãos Faleiro tiveram na viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães, porque sem o seu conhecimento, sem a sua ciência, provavelmente não se teria realizado. Honrar a nossa história é preparar-nos para o futuro, sobretudo quando damos relevo aos nossos enquanto investigadores do conhecimento e praticantes da ciência. -----

É também neste âmbito que temos que encarar as visitas às diversas obras que decorrem no Centro Histórico da cidade: a reabilitação do Teatro Municipal/Centro de Inovação Cultural da Covilhã é fundamental para que a Covilhã traga dignidade à muita actividade cultural que hoje em dia já promove, e cultura é provavelmente o melhor de todos os conhecimentos que podemos possuir; o Centro de Inovação Social que vai trazer novas abordagens às problemáticas mais importantes da nossa sociedade e da acção política; o Centro de Inovação e Apoio ao Empreendedorismo, cujo nome diz tudo; ou a requalificação do museu municipal que nos vai permitir voltar a tomar contacto com a nossa história, permitindo a efectiva salvaguarda do seu valioso inventário. -----

Todos sabemos que historicamente não foi apanágio da nossa cidade preservar o seu património – a recente destruição do aeródromo que era uma referência regional quando, sabemos hoje, havia alternativas para instalar o Data Centre é apenas mais um triste exemplo. Esta constatação torna ainda mais relevante o investimento que está a ser feito, ou melhor, os investimentos que estão a ser feitos e que permitiram já trazer novo ímpeto ao centro da Cidade. Por fim importa saudar a instalação do posto de Turismo no Centro da cidade. De facto, se atendermos à importância que o sector do Turismo tem actualmente no Concelho e na região, a abertura desta estrutura é de fundamental importância e vem colmatar uma necessidade com décadas. É apenas mais um sinal de que existe uma estratégia bem definida, e mais importante, que ela está a ser implementada.” -----

- Relativamente ao **Voto de Repúdio pelas afirmações que o Senhor Deputado Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo pelo CDS – Partido Popular proferiu sobre o 25 de Abril** e após a intervenção do Senhor **Presidente da Câmara** em que referiu que se deveria respeitar a opinião do Membro Municipal Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo concorde-se ou não com ela, o Membro Municipal **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** retirou o Voto de Repúdio. -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, confessou ter hesitado “se havia de vir aqui falar sobre a doença do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente com as Urgências entupidas, com os doentes há 48 horas em maca à espera de cama, com as dívidas dos hospitais a ultrapassar os 700 milhões de euros, com os jovens médicos a discordar da imposição para que fiquem no SNS, com o aumento das agressões contra profissionais, mas não. -----

Acabei por optar falar num tema que diz respeito ao Concelho, cujo título é *Teleférico Unhais da Serra/Torre.*” **(Doc.10)** -----

A História -----

Alfredo Marques dos Santos, Padre de formação e empresário de vocação, construiu em Unhais da Serra a Fábrica de Lanifícios, “A Penteadora” que inaugurou em 25 de Abril de 1930. -----

Em 1940, iniciou a construção de uma barragem e de um sistema de canais que, em cascata, ainda hoje, conduzem a água que move as turbinas de 4 centrais hidroelétricas. -----

Em 1950, quis iniciar a construção de um hotel termal com 50 camas e de um teleférico que ligasse Unhais da Serra à Torre, subindo o cerro da Bica. -----

A Estória -----

Testemunhos verbais dizem que o padre Alfredo não concretizou a construção do hotel termal e do teleférico porque não encontrou na Câmara Municipal da Covilhã o indispensável apoio, mas, ao invés, ainda foi confrontado com obstáculos de vária índole, sustentados na opinião de que a construção do hotel e de um teleférico em Unhais da Serra iria tirar movimento e protagonismo à Covilhã, pois corria-se o risco de passar a ser a principal porta de acesso ao maciço central. -----

Tal facto levou a que o Padre Alfredo fosse a Monfortinho construir duas pensões, uma delas com o nome de Astória que mais tarde deu origem ao hotel Astória que ainda hoje, completamente remodelado, se constitui como uma unidade de referência no meio termal. ----

Factos -----

– Em 29/01/1972 a Junta de Freguesia de Unhais da Serra deliberou participar numa sociedade de economia mista, de seu nome Turistrela, afetando 276 hectares do seu baldio, junto à Torre, a serem convertidos em ações, com o valor nominal de 1200\$00, ficando, assim, detentora de 331 ações a que correspondia 0,5% do capital social da dita empresa. -----

– Fomos autarcas durante três mandatos e nunca obtivemos qualquer informação escrita acerca da participação da Freguesia nessa Sociedade. -----

– Recordamos uma ocorrência em que um dirigente da Turistrela esteve presente numa Assembleia de Freguesia, solicitando apoio para a construção de um teleférico que ligasse o Covão da Mulher à Torre, o que foi rejeitado. Nessa Assembleia, ficou claro que só haveria apoio e aceitação do projeto se ele partisse da Vila, garantindo assim, as mais-valias provenientes da sua instalação. -----

– Para além da Freguesia de Unhais da Serra também as Freguesias de Cortes do Meio, Vales do Rio e a própria Câmara têm ações nessa sociedade, bem como outras entidades onde se incluem autarquias de outros Concelhos. -----

O que Solicitamos -----

Que o teleférico idealizado, projetado e defendido pelo reverendo Padre Alfredo e não apoiado pela Câmara, em 1950, tenha, agora, da sua parte e da câmara que dirige, sustentação, incentivo e apoio, ao tempo, negados. -----

Que a Câmara envide esforços de clarificar a situação da sua participação na Turistrela, bem como das Freguesias de Unhais da Serra, Cortes e Vales do Rio. -----

Que haja da parte de todos os envolvidos, clareza e transparência em todo o processo desde 1972. -----

Que esta Câmara cumpra o seu papel na defesa do interesse do bem coletivo. -----

Disse” -----

Por último, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia criticando o tempo estabelecido para as intervenções, dizendo que “ninguém neste mundo consegue, em dois minutos, passar uma mensagem de uma maneira calma e cordata. Acho que alguma coisa tem que mudar.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que os tempos previstos no Regimento estavam, na presente sessão, largamente ultrapassados e que o Regimento era para se cumprir, tendo, além disso, dado tolerância a todos os membros municipais. -----

--- A Senhora **Prof.^a Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a Moção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.11)** -----

“Moção -----

A relação entre o número de pessoas com mais de 65 anos e o número de jovens numa determinada região constitui o índice de envelhecimento. Em Portugal o índice de envelhecimento aumentou, entre 2011 e 2016, em 95% dos municípios portugueses, atingindo particularmente municípios das sub-regiões do Interior Centro (Beiras e Serra da Estrela, Beira

Baixa e Médio Tejo) com zonas que registaram um aumento em mais de 100 idosos por 100 jovens. (INE, 2017). -----

Num estudo recente da Fundação Francisco Manuel dos Santos a perspectiva do índice de envelhecimento para Portugal para 2030 subia de 120 para 280. Nos cenários mais favoráveis entre 2010 e 2030, a população com mais de 50 anos deverá aumentar, não só em termos absolutos como relativos e poderá representar quase metade da população em 2030 (em 2010 representava 38%). Por outro lado, uma em cada quatro pessoas poderá ter 65 + anos em 2030 (em 2010, Portugal já era um dos países mais envelhecidos do mundo, pois uma em cada cinco pessoas tinha 65 e + anos). -----

Independentemente dos problemas económicos e sociais que podem ocorrer, há necessidade de prepararmos o país e sobretudo o concelho para este aumento de população mais velha e de considerarmos as mudanças necessárias para proporcionarmos o máximo de bem estar a esta população. Perante isto propõe-se à assembleia municipal da Covilhã a criação de uma comissão pluripartidária com a missão de propor à câmara municipal da Covilhã estratégias e procedimentos de forma a capacitar o concelho no acompanhamento de uma população mais idosa e com mais dificuldades motoras, cognitivas e sociais.” -----

- Relativamente à Moção apresentada, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que assunto idêntico já tinha sido discutido numa anterior sessão da Assembleia Municipal. ----

- Foram ainda intervenientes: -----

- **Presidente da Câmara Municipal:** após cumprimentar todos os presentes, reiterou aquilo que já tinha dito em anterior sessão. Continuou dizendo que “essa comissão, salvo o devido respeito, não faz grande sentido, não porque o seu objetivo não seja nobre e não seja importante, mas porque nós temos departamentos e organismos dentro da Câmara e na sociedade civil, que conosco cooperam de forma profícua e intensa, que isso vinha criar, se calhar, mais entropia.

Sem querer estar a desprimorar esta iniciativa, é um pouco aquele adágio português que diz que se queres que alguma coisa não funcione cria uma comissão. -----

As comissões fazem sentido com determinada finalidade quando não existem outras alternativas para concretizar ou atingir esses mesmos objetivos. Ora, elas existem: existem profissionais na Câmara Municipal; existe uma rede de voluntariado; existem uma série de estabelecimentos, todos eles a convergir nesse sentido. -----

Acho que iria criar mais entropia, não obstante de reconhecer que a iniciativa é bem-intencionada.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: referiu que, caso fosse aprovada a moção apresentada, não se importava de integrar a comissão. -----

No entanto, pela sua experiência no NIL – Núcleo de Inserção Local, informou que “a RLIS – Rede Local de Inserção Local (programa que, infelizmente, vai terminar em dezembro) tem assento nesse Núcleo de Inserção Local e é aí que são elaborados os contratos de inserção e onde são apresentadas as respostas a dar aos idosos que se encontram em várias situações no concelho.

Nesse NIL estão várias entidades, nomeadamente o Serviço de Saúde, e é aí, muitas vezes, que fazem a articulação e a coordenação dos apoios a dar aos idosos que estão isolados, que necessitam de cuidados médicos e de saúde, que necessitam de apoio domiciliário, para a limpeza, etc. A Câmara também está representada e participa nesse órgão, através do serviço de habitação social. -----

Ou seja, há uma estrutura concelhia que, de facto, acompanha. -----

A minha preocupação é que os processos que estão na RLIS vão, em dezembro, transitar para a Segurança Social. A minha preocupação é depois o enquadramento a partir de janeiro de 2020. Essa é a minha preocupação, mas a Câmara Municipal terá que assumir essas funções (transferência de competências nessa área). -----

A Câmara, de facto, tem estrutura. Não sei se vamos adiantar muito se vamos criar mais entropia, como diz o Senhor Presidente da Câmara, mas estou disponível, a bancada da CDU está disponível para fazer parte de uma comissão que possa ajudar à resolução do problema ou à resolução de um conjunto dos problemas existentes ou da inexistência de alguma estrutura. Não sei se adiantamos muito.” -----

- **Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)**: agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara, no entanto, confessou estar preocupada. -----

“O que vem aí é um problema muito maior do que aquele que temos neste momento. -----

Acho que os senhores têm imensas condições técnicas e imensa gente a trabalhar no assunto, mas o que eu estou a pensar não é só nos idosos que necessitam de apoio. É nos idosos todos que vão viver no concelho e que precisam de outro tipo de meios de transporte, de outro tipo de passeios, de muitos mais bancos de jardim, de muitos mais quartos de banho, de muito mais atividade cultural dirigidos a eles, de muito mais integração de gerações. -----

O Senhor diz-me que tem imensa gente. Eu sei que tem. O que eu acho é que tem um potencial aqui na Assembleia Municipal, de gente com ideias, com capacidade e que lhe podem dar outra visão das coisas. É isto que lhe peço: deixe-nos dar outra visão das coisas.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal**: disse ter “o maior prazer e o maior gosto em recolher os seus prestimosos contributos e reuniremos as vezes que forem necessárias para recolher os seus sábios, experientes e prestimosos contributos, sendo certo que, para ir ao encontro do que

referiu o Senhor Deputado Vítor Reis Silva, vai existir uma nova geração de RLIS a partir de janeiro (até reforçada). Não está esta finda, mas vem uma outra que está a ser preparada pelo Ministério da Segurança Social. Portanto não há motivo de preocupação no que tange esse mesmo problema ou questão.” -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)**: face ao que foi dito e em alternância à Moção apresentada, propôs que fosse realizada uma Sessão Extraordinária sobre o tema. -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “sobre esta matéria, queria dizer duas coisas:

1.º Acho que é patente que, de facto, a Câmara tem os seus serviços técnicos e, por isso, é que é a Câmara e a Assembleia Municipal é a Assembleia Municipal; -----

2.º Aquilo que está a ser proposto aqui é uma Assembleia Extraordinária com todos os custos e todos os problemas que tem e eu fico preocupado (daqui bocado vamos votar isso), mas o próximo Orçamento tem menos verba de funcionamento para a Assembleia Municipal, portanto temos que considerar isso nesta matéria. -----

Obviamente que em termos de profundidade e em termos do que é o resultado do trabalho que se pretende (o proposto pela Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto em nome do CDS é nesse sentido) é que haja um documento que possa ser apresentado à Câmara com novas perspetivas que ainda não foram analisadas pelo serviço técnico e acho que isso faz todo o sentido numa comissão alargada, com a participação de todos os membros e onde possam cada um, pelas suas experiências pessoais, trazer o seu contributo por forma a fazer chegar ao órgão executivo para que possa fazer o melhor nesta matéria. -----

Fico preocupado por esta tentativa de minorização da Assembleia ou de uma comissão na Assembleia como sendo um obstáculo ao insucesso da Câmara quando não é o caso. -----

Portanto, acho que deve ser votada a proposta da criação desta comissão, nos termos em que é proposto, para se criar de facto conclusões que possam ser apresentadas à Câmara Municipal.” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** informou que iria colocar as duas propostas à votação. -----

Colocou à votação a **Moção da criação de uma comissão pluripartidária, apresentada pela Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)**, tendo sido **rejeitada com 24 votos contra (PS, PCP, IND e Presidentes das Juntas de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, Sobral S. Miguel e Verdelhos), 4 abstenções (Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro e Dra. Joana Filipa Real Sardinha) e 10 votos a favor (DNCCP, CDS-PP e PSD)**. -----

De seguida, colocou à votação a **proposta de uma Assembleia Extraordinária temática sobre o assunto, apresentada pelo Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)**, tendo sido **aprovada com 31 votos a favor (PS, DNCCP, CDS, PSD, PCP e IND) e 6 abstenções (Eng.º Hélio Jorge Simões fazendeiro, Eng.º Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. José Paulo Pina Simão, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Filipa Real Sardinha e Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues)**.-----

--- A Senhora **Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente estou aqui hoje, uma vez mais, para o questionar sobre o que realmente pensa fazer ou não no que concerne aos apoios às instituições sociais do concelho.-----

Como o Senhor bem sabe, estas instituições que substituem o Estado necessitam de apoios nacionais e locais. Infelizmente, locais não existem.-----

A resposta que me foi dada nas últimas vezes que aqui abordei o tema foi de que não seria pela minha intervenção que a Câmara daria o apoio. Os apoios eram oferecidos consoante a sua vontade, bem o sei! Mas passados todos estes anos dos seus mandatos, a sua vontade tem sido pouca. Diria mesmo pouquinho.-----

Os constrangimentos financeiros a que o Senhor sempre alude, desmontam-se quando assistimos a inúmeros apoios a outras associações. Não podemos entender como é que o Senhor indica que, para a sua vontade, é barrada pela falta de dinheiro quando depois assistimos a apoios de dezenas de milhares de euros em instituições desportivas.-----

Compreenda que a sua justificação é difícil de aceitar como, por exemplo, quando a Câmara investe 27 mil euros na remodelação de uns balneários de uma associação desportiva para a prática de futebol. Não digo que a obra não fosse necessária e que seja muito útil à associação e aos cidadãos, mas o que questiono é bem diferente: quais são as suas prioridades?-----

Tem de concordar comigo, a prioridade tem sido outra que aquela que o Senhor afirma ser a sua vontade. Como exemplo e muito provavelmente eu não deveria descrever casos onde estou particularmente envolvida, mas a minha posição aqui é como deputada eleita e como cidadã.

Como tal, é minha obrigação apresentar-lhe a realidade que eu conheço. Apesar de pertencer a uma direção que está em fim de mandato, a minha intervenção tem de ser desligada dessa minha pertença à Casa do Menino Jesus, portanto falo como uma cidadã que tem conhecimento mais profundo desta realidade.-----

A Casa do Menino Jesus é uma instituição centenária de apoio a jovens em risco. O seu lar de infância e juventude é o único no concelho da Covilhã.-----

Será que o Senhor pretende a sua continuidade ou o concelho deve ficar sem a única instituição que substitui o Estado neste papel?-----

O Senhor Presidente está sempre disponível para nos ouvir, é verdade. Apesar dessa disponibilidade e diga-se da sua vontade, a prática não acompanha o seu discurso. -----

A última vez que conversámos das necessidades da casa (recebidas pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Chefe de Gabinete – Eng.º Hélio fazendeiro), tomaram os Senhores nota das mesmas. É verdade que, de imediato, nos foram cedidos dois lugares de estacionamento o que muito vos foi agradecido. É verdade que os serviços de Proteção Civil da Câmara têm apoiado em informações e ações de formação, o que muito a CMJ agradece. É verdade que, de imediato, foi a CMJ contactada pelos serviços técnicos da Câmara apresentando um projeto para solucionar a mobilidade na Rua Vasco da Gama sem que, no entanto, até hoje, algo se tenha alterado. -----

Mas, e o resto? É que a instituição necessita, como todas as outras, de apoio financeiro, coisa que, como bem sabe, acontece em todas (outras instituições que prestam este serviço nos outros concelhos e no distrito). Esta discriminação acontece porquê? É porque está situada no concelho da Covilhã? Se estivesse no Fundão receberia apoio financeiro da Câmara? Se estivesse em Castelo Branco receberia apoio? Mas não. Está na Covilhã e, como tal, não recebe! -----

O apoio financeiro que lhe pedem não é para festas ou torneios de sueca! O apoio financeiro destina-se a fazer face às necessidades mais básicas. -----

Em segurança, a Casa do Menino Jesus necessita de instalar equipamentos de proteção contra incêndios que orçam os 17 mil euros; em mobilidade e saúde, existem crianças que vão ser alvo de intervenções cirúrgicas no final deste ano e que vão ficar em cadeiras de rodas, dependendo de ajuda para tudo; a Casa tem que fazer uma remodelação (casa de banho para poder responder às necessidades destes jovens) e tal comporta um custo de 4 mil euros; acresce que, como imagina, será necessário reforçar os recursos humanos para poderem responder a estes casos; em conforto, o edifício construído nos anos 80 não tem condições térmicas que um novo tem; a CMJ necessita de, pelo menos, substituir o pavimento que é em mosaico para pavimento flutuante de forma a que exista um maior conforto para as crianças, tal custa (só nas áreas comuns) mais de 5 mil euros; parque infantil e zonas de lazer necessitam de intervenção e, como imagina, não é barato; o telhado do edifício antigo precisa de uma remodelação profunda que ronda os 100 mil euros; a CMJ recebe cada vez mais crianças em idades distintas do que era normal. Tal implica, como imagina, uma maior logística e adaptações que permitam a separação por género e idade e, em consequência, um maior gasto acontece; em paralelo, existem jovens totalmente dependentes que, em breve, deixam de poder estar sob o apoio da CMJ e têm de ingressar na sociedade, sendo eles totalmente incapazes para tal como exemplo: uma das jovens adultas autistas que está na CMJ terminará brevemente a sua estadia na Casa e, até agora, ainda não conseguimos, nem através da Câmara Municipal, nem das instituições competentes, um lugar para o futuro adaptado às suas necessidades educativas especiais que assegure uma boa qualidade de vida. -----

Senhor Presidente, podia continuar aqui descrevendo-lhe as necessidades de uma casa que tem quase meia centena de funcionários, alberga trinta crianças e apoia creche e pré-escolar (mais de 80 famílias). O Senhor conhece bem as necessidades, bem conhece a situação financeira que é perigosa e até mesmo crítica das instituições de apoio social, especialmente a de apoios aos jovens já que estas não contam com o contributo financeiro dos seus utentes. -----

A Câmara apoia tantas associações, dá tantos subsídios e uma casa centenária nunca privilegiou da generosidade deste executivo. -----

Não considera que é urgente ajudar as crianças? -----

Em período natalício, em que os corações estão mais sensíveis nas famílias, apelo ao Senhor Presidente, como homem de boa vontade, que dê esperança...” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção por já ter ultrapassado largamente o tempo estipulado. -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.12)** -----

“Exmo. Senhor Presidente -----

Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia -----

Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Num tempo em que se dá destaque aos animais, aos seus direitos, ao seu bem-estar, aos maus tratos que por vezes são vítimas e que implicam inclusive a criminalização de condutas e negociação de direitos (veja-se o caso de disputa de animais domésticos de companhia nos processos de divórcio) também é importante continuar a pensar nas pessoas... nos seus problemas... nos seus anseios... nas suas aspirações... certo que, na sociedade há pessoas... cidadãos a necessitar de cuidados especiais... políticas específicas... ou seja, hoje como sempre, todo e qualquer Estado... todo e qualquer Município deve ter uma política social adequada, proporcionando melhores condições de vida aqueles que não têm a felicidade de possuírem os meios económicos que lhe permitam satisfazer as suas necessidades, nomeadamente habitacionais. -----

Ora, no passado recente, tivemos conhecimento da questão relacionada com os edifícios situados no denominado “Património dos Pobres da Covilhã”, desconhecendo em concreto, se

já foi encontrada uma solução e caso tal tenha ocorrido qual a opção tomada pelo atual executivo camarário. -----

Convém relembrar que o referido património sempre foi habitado por pessoas com enormes carências económicas, tendo sido nuns casos o Conde da Covilhã e noutros industriais covilhanenses através das conferências vicentinas, com base nos seus donativos, permitiram a construção dos edifícios que passaram a constituir a habitação de algumas pessoas com enormes carências sociais... e desde tais datas, os únicos possuidores foram apenas os habitantes das casas... veja-se a este propósito um artigo publicado no semanário Notícias da Covilhã nº 1865 de 5/1/1957, sobre o “Património dos Pobres da Covilhã, no qual é bem esclarecedor quem deu o quê e quem passou a possuir e a deter o parque habitacional aí instalado. -----

Deste modo e tendo em atenção que o referido património tem sido possuído única e exclusivamente pelas pessoas que aí habitam, desconhecendo-se em absoluto qualquer ato de posse da Igreja e/ou qualquer outra entidade, consideramos que a única solução passa exclusivamente pela legalização de tal situação de facto, ou seja, a propriedade de tais habitações deve ser atribuída, única e exclusivamente a quem as tem possuído há mais de 50 anos por si e pelos anteriores passados. -----

Deste modo, colocamos as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã: -----

- 1 - Como está o processo relativo ao denominado “Património dos Pobres”? -----
- 2 - Já foi encontrada alguma solução? Qual? -----
- 3 - Foi respeitada a vontade dos donatários? -----
- 4 - Os habitantes, possuidores há mais de 50 anos são reconhecidos como legítimos proprietários das habitações? -----

Esperamos que a solução ou soluções encontradas tenham respeitado tal desiderato e que tenha ocorrida uma adequada análise e ponderação jurídica nesta situação. -----

Aqui, tal conforme deve suceder a nível do Estado Central, é necessário passarmos das palavras aos atos. E como tal, reconhecer direitos, proporcionando a quem precisa e necessita uma habitação digna e condigna.” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** aproveitou para, relativamente aos resultados das legislativas e à abstenção, fazer “duas considerações de primordial importância que têm a ver com a questão da análise e de pensarmos se o nosso sistema eleitoral, que se diz proporcional e representativo, o é efetivamente. -----

Temos três exemplos do Interior: -----

- Portalegre onde 44% dos votos elegem 100% dos deputados; -----
- Castelo Branco onde 40% dos votos elegem 75% dos deputados; -----

— Guarda onde 37,5% elegem 66% dos deputados. -----

Ao nível nacional, nem vale a pena falar na desproporção entre o que é o Litoral e o que é o Interior, portanto não vou fazer grandes considerações porque é evidente a desproporção e a grotesca desproporcionalidade entre o Litoral e o Interior. -----

Temos que questionar e temos de nos questionar a nós, aqui nos órgãos municipais porque é a partir daqui que as vozes chegam ao Terreiro do Paço e à Assembleia da República: a revolta por um lado e a congratulação pelo outro que aqui hoje ouvi, se perceba porque é que se quer manter este estado de coisas. Quando nós conseguimos eleger, com 44% dos votos, 100% dos eleitos, de facto, é normal que estejamos contentes porque somos nós os eleitos; problema é todos os outros. Estou a falar exatamente do PS. É normal que se queira manter este estado de coisas (desproporcional, injusto e manifestamente redutor do que é a realidade democrática de um país), voltando se calhar à cegueira do que eram outros tempos noutras alturas. -----

A pergunta que se coloca aqui é, de facto, quando se vem aqui falar sobre a abstenção, é preciso perguntar se o nosso voto, efetivamente, conta. -----

Não posso deixar de falar sobre o que é a fantasia que é e vai ser apregoada hoje (tem sido apregoada ao longo de muitos anos) quer nos Orçamentos, quer nas Contas de Gerência e depois a realidade que é aquela que nos vem por entidades externas e que conseguem, efetivamente, dizer-nos qual é que é o estado da fantasia e o estado das boas contas deste Município. -----

Falo, nomeadamente, sobre o anuário financeiro dos municípios, apesar de retardado – só tem a análise de 2018 (com dados muito atuais, alguns extraordinários se fôssemos uma empresa).

Na prática, o grande trunfo desta Câmara diz-nos que o Município da Covilhã tem uma das maiores diferenças negativas entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos, ou seja, para amortizarmos o que amortizámos de empréstimos, tivemos que contrair mais empréstimo, nomeadamente mais 9 milhões de empréstimo. -----

São os dados oficiais e é a verdade daquilo que acontece. Nem tudo é aquilo que se apregoa.” -

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** iniciou dizendo que, “relativamente ao 25 de Novembro que é tão grato para o CDS, é sintomático que seja o CDS a querer comemorar um dia que divide os portugueses! -----

A questão que se coloca é que, pré ou 25 de Novembro, assistimos neste país a um chamado Verão quente onde assaltos a sedes do Partido Comunista aconteceram e onde o guarda de segurança do Senhor Freitas do Amaral participou de forma clara e objetiva; Assistimos à morte do Padre Marques lá em cima no Norte. -----

Ou seja, antes do 25 de Novembro (preparado com muita antecedência pelo Melo Antunes do Grupo dos Nove), basta ler as declarações posteriores ao 25 de Novembro de Jaime Neves que

dizia que o seu grande objetivo era perseguir os comunistas, prendê-los e especialmente o Dr. Álvaro Cunhal. É ouvir essa gente, os mais reacionários deste país, que era isso que pretendiam.

Mas, sabe que o golpe do 25 de Novembro foi um golpe contra-revolucionário militar, no setor militar, com reorganização de forças a nível militar. -----

Ao nível civil também teve os seus protagonistas com aqueles que queriam levar a Assembleia Constituinte e as Forças Armadas para o Porto para depois caminharem sobre a comuna de Lisboa. Vejam lá quem foram eles que andaram por aí! -----

Mas, quero-lhe dizer que os objetivos não foram, de facto, conseguidos na sua totalidade, nomeadamente a ilegalização do PCP e recordo que este governo provisório, formado a seguir ao 25 de Novembro, tinha na sua constituição um Ministro comunista e seis Secretários de Estado porque o próprio Melo Antunes, nos seus objetivos, definiu e declarou que o PCP era fundamental para a democracia, era necessário e cá estamos na democracia. -----

Vamos colocar as coisas no seu devido lugar porque não vamos, como dizia o meu camarada, reescrever a história. Se quiser posso emprestar-lhe um livrinho do camarada Álvaro Cunha. É o último livro que ele escreveu, onde fala no golpe do 25 de Novembro na base das declarações dos seus intervenientes o que é muito elucidativo.” -----

--- O Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.13)** -----

“Exmº Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmºs Senhores Membros da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã -----

Exmºs Senhores Vereadores -----

Exmªa (os) Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Em várias sessões da Assembleia Municipal foram aprovadas pelo PS ao longo de 2019 as transferências de competências para as autarquias locais, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, e dos vários diplomas regulamentares. -----

Assistimos ainda à assunção pela Câmara Municipal da transferência de competências nas áreas da Proteção e Saúde Animal e da Cultura, sem agendar atempadamente a discussão (obrigatória) na Assembleia Municipal dos diplomas. -----

Por várias vezes vimos as posições favoráveis a esta transferência serem justificadas: -----

- pelas virtudes do princípio da subsidiariedade; -----
- pela inevitabilidade da situação a partir de 2021; -----
- pela criação de espaço para juntamente com o governo, monitorizar e fazer adaptações à realidade de cada concelho. -----

Portanto o governo como não sabe o que fazer atira as responsabilidades para cima das autarquias e depois... logo se vê! Ora isto não é governar! -----

Efetivamente aquilo que interessava neste processo de transferência de competências era a devida ponderação da dimensão executiva do que estava a ser transferido, da adequação dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais, e das reais vantagens e contrapartidas envolvidas. -----

Senão vejamos, em resolução da Assembleia da República (n.º 138/2019, de 19 de Julho de 2019) foi decidida a cessação de vigência do decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos. -----

Perante esta situação temos de questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre: -----

1. se concorda ou discorda dos motivos que levaram à cessação do referido decreto-lei e porquê? -----
2. qual o ponto de situação quanto ao funcionamento dos outros domínios aceites pela Câmara Municipal no âmbito da transferência de competências. Estão em pleno funcionamento? Quais os custos? Já estão afetados os recursos humanos, financeiros e patrimoniais? -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da Ordem do Dia. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. --

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedida a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, colocou as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara da Covilhã: -----

“Não sei se repararam, mas, à entrada deste Parque Industrial, há ali um ecoponto que é a vergonha deste parque industrial. É o cartão de boas-vindas que nós temos para oferecer a quem visita o Parque Industrial! É uma lixeira a céu aberto! -----

Saudar o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã pela reversão do terreno e também saudar a associação Cordas que também abraçou isto, relativamente ao quartel da GNR e aproveitar a ocasião para perguntar qual o ponto de situação da construção do novo quartel da GNR do Tortosendo. -----

Há cerca de dois anos, a Câmara Municipal da Covilhã desligou a iluminação pública no Parque de S. Miguel (está-se a resolver um problema com o projeto daquele parque). Já lá vão dois anos. Foi de contrato para que haja energia elétrica no Verão para que haja alguns eventos. Acontece, porém, que os Tortosendenses querem visitar o Parque de S. Miguel durante todo o ano só que ele está completamente às escuras. Perguntava para quando a reposição da iluminação pública no Parque de S. Miguel do Tortosendo. -----

Numa reunião pública questionei a Câmara Municipal sobre a passagem pedonal no eixo TCT porque temos recebido várias queixas que ela pode oferecer perigo a quem a ultrapassa. Já lá vão alguns meses quando fiz esta pergunta. Perguntava à Câmara Municipal se já foi feita a vistoria à passagem pedonal no eixo TCT. -----

Outra questão ainda com o Parque de S. Miguel: recebemos da Câmara Municipal da Covilhã um ofício da resposta da Câmara Municipal acerca de uma visita da ASAE ao parque infantil. Não sei se é uma forma de a Câmara Municipal *sacudir água do capote* (entendo que não) dizendo que a responsabilidade da manutenção dos equipamentos de parques infantis (está na lei) é das juntas de freguesia. Há muito que a Câmara Municipal da Covilhã sabe que o Tortosendo tem doze ou treze parques infantis, mas, na prática, não tem nenhum porque nenhum está em condições. Demos a ideia à Câmara Municipal de não termos tantos parques infantis e arranjar novos para ultrapassar esta situação. Ficámos seriamente chateados com o facto de a Câmara

Municipal ter respondido à ASAE dizendo que a responsabilidade é da Junta de Freguesia do Tortosendo quando a Junta de Freguesia, em 2017, quis fazer uma intervenção no Parque de S. Miguel e a resposta da Câmara foi que a Junta de Freguesia não tem poder de intervir por falta de legitimidade naquele parque.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.14)** -----

“Sobre a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, compete ao grupo municipal do PSD registar que em 2019, ainda se andam a aprovar protocolos de projectos referentes ao **Orçamento Participativo de 2015**. -----

Este executivo criou e destruiu, num único mandato, um dos melhores instrumentos para envolver e valorizar uma cidadania activa, como é o caso dos Orçamentos Participativos. -----

É desmobilizador para quem pensa e propõe projectos em 2015, chegar a 2019 e nada está feito.

É o caso deste projecto em Unhais da Serra, no valor de 7500 euros, que ao fim de 4 anos ainda é apenas um projecto. Em 2019, o que se propõe é que seja aprovado o protocolo. -----

Ainda não está feito... Não se sabe quando estará feito. -----

Estamos a falar de um projecto pensado por um cidadão, de seu nome João Santos, que pensou uma Rede de Percursos Pedestres chamada Trilhos do Sol em Unhais da Serra. -----

Devemos valorizar e dar seguimento a projectos dos cidadãos que se envolvem e pensam projectos para o nosso território. -----

Este não é um **bom exemplo** para envolver os cidadãos na vida do concelho. -----

Aliás, o caso que aqui trazemos, confirma o balanço que o vereador José Miguel Oliveira fez em Abril dos orçamentos participativos, ao afirmar que **“só erra quem faz”**. -----

Se juntarmos **“vale mais tarde, que nunca”** temos a fórmula perfeita para afastar e não envolver a comunidade na vida municipal. -----

Não é essa a visão que temos e que queremos para uma cidadania activa. -----

ALIENAÇÃO TERRENOS DATA CENTER. -----

Também consta da informação escrita, um assunto relacionado com a alienação dos terrenos junto ao Data Center. -----

A Câmara da Covilhã não deve comportar-se como um especulador imobiliário e este executivo comporta-se com tal. -----

A alienação de terrenos junto ao Data Center é um erro que demonstra falta de visão e planeamento estratégico. -----

É caricato ouvir falar em “sucesso” quando o objectivo era a alienação de 36 lotes e apenas 6 tiveram comprador. Como é que se pode falar em sucesso com estes números? -----

Mais, houve apenas 4 compradores para 6 lotes. Alguém pode classificar de sucesso esta operação? -----

Além, disso este executivo habituou-nos a uma gestão financeira deficiente. -----

Neste caso, da alienação de lotes de terreno junto Data Center para construir moradias, segue a linha de deficiente e eficaz gestão financeira, com vendas-abaixo do valor patrimonial entre os 43% e os 58%. -----

Vendas a metade do valor patrimonial. -----

Tirem as vossas conclusões. -----

É um erro a venda de terrenos com fim habitacional naquela zona. -----

Aquela parte da cidade deve ser pensada e está preparada para outros fins que não este. Bastaria compreender o investimento do Data Center para perceber o ambiente que se deve criar à sua volta. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** iniciou dizendo que, “mais uma vez reitero pela falta do cumprimento das obrigações legais à Mesa. Portanto, a Mesa tem que exigir ao Senhor Presidente que cumpra a Lei. No mínimo, é aquilo que se exige, nomeadamente no que diz respeito às informações que são prestadas (contencioso, ações em que a Câmara é parte, ...) e isso continua a não aparecer nesta informação escrita.” -----

Continuou falando sobre a iluminação pública dizendo que “as pessoas falam, sentem e preocupo-me muito com esta situação. A iluminação pública na Covilhã é claramente deficitária. É assustador que, em alguns sítios, a partir do momento em que deixa de haver luz solar, não se consegue ver os peões nas passadeiras. Basta passar na Avenida da Anil, no acesso à Variante à Covilhã na avenida do Hospital. É preocupante que isto aconteça. Eu, pessoalmente, já tive dois ou três sustos valentes com isto e penso que não podemos esperar que alguém seja, de facto, atropelado para que isto seja repostado ou corrigido. -----

Sei que a Câmara anda, há meses, à espera de um relatório sobre esta matéria. O certo é que os municípios não precisam de relatório. Precisam é da situação resolvida e no reforço da iluminação nestes pontos, nomeadamente, nas passadeiras. Agradeço que os serviços técnicos, que são diligentes, espero que o façam e que reforcem a iluminação. -----

Segunda questão – O CDS tem vindo a levantar, ao longo do tempo, a questão das rendas sociais. Na informação escrita está e continua a haver, obviamente, atribuição de casas e alteração de casas. Continua por definir e continua por se saber quais é que são as consequências da aplicação da lei das rendas sociais no município da Covilhã. Sabemos que, infelizmente, as pessoas que deviam pagar rendas no máximo de cerca de 4 euros desde 2015, foram alteradas este ano por iniciativa do CDS, mas o que é certo e verdade é que não foi feita a reposição desde 2015. A injustiça social que está a acontecer neste momento na Covilhã é que existem pessoas que num mês, porque pagavam 50 euros, pagavam um ano inteiro de rendas e, desde 2015 com a entrada em vigor da lei Cristas da habitação social e da rede social apoiada, num mês pagaram um ano e têm vindo a pagar 50 euros desde 2015 até 2019 e até hoje não houve nada de reposição de acordos de reajustamentos naquilo que está a acontecer. Passaram a pagar as novas rendas legais que são obrigados, mas não está feito o cálculo daquilo que estas pessoas pagaram a mais. Isso é algo que deve ser urgentemente corrigido, calculado e, porque sabemos que existem pessoas que inclusivamente já desistiram das habitações sociais e que têm créditos contra o Município, é preciso saber e acautelar como é que isto vai acontecer.” -----

--- O **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.15)** -----

“Exmo. Senhor Presidente -----
 Da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
 Exmos. Membros da Mesa da Assembleia -----
 Municipal da Covilhã. -----
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
 Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
 Exmos. Deputados Municipais. -----
 Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Mais uma informação prestada pelo Sr. Presidente na Câmara Municipal da Covilhã acerca da atividade e situação financeira do Município. -----

Mais uma informação prestada na qual a atividade municipal está restrita à gestão corrente. Mais uma informação centrada na Covilhã cidade. Mais uma informação sem que haja a adequada dinâmica tendo em vista a captação de investimento... a criação de postos de trabalho... promovidos pelo município... o estabelecimento de incentivos que permitam às pessoas passar a viver e trabalhar na Covilhã e seu concelho... a criação de políticas que permitam às empresas sedear-se no concelho da Covilhã... mais uma informação em que as zonas rurais do nosso concelho são esquecidas... mais uma informação na qual continua sem resposta a satisfação das necessidades da população. -----

Senão veja-se -----

1 - Como está o processo de limpeza das ribeiras da Degoldra e da Carpinteira? -----

O Sr. Presidente já observou “in loco” o lamentável estado em que se encontram as referidas ribeiras? Repletas de vegetação? Já verificou o lamentável aspeto que tais ribeiras proporcionam a cidade... a quem nos visita. O que está a ser feito? -----

2 - Como está a questão do telhado em fibrocimento da Escola Pêro da Covilhã? O que foi feito? Que diligências foram realizadas? Sabem que tal situação pode colocar em causa a saúde das pessoas que utilizam tal espaço? Porque não são realizadas as obras? Estão à espera que suceda alguma desgraça? -----

3 - O que está a ser feito pela reparação e limpeza das estradas no nosso concelho? O Troço Vales do Rio e Peso? Estrada Covilhã – Ferro – Peraboa? Estrada Paul – Ourondo? Estrada Ourondo – Casegas? -----

Em vez de se gastar tanto dinheiro com pintura de espaços a vermelho no alcatrão de algumas artérias na Covilhã, não seria mais útil proceder à reparação destas vias? ----

4 - Bairros sociais. O que foi feito? A manutenção e reparação dos Bairros Sociais como está a ser realizada? -----

5 - Barragem da Covilhã. Como está o processo? A barragem deixou de ser prioritária para este executivo? O que está a ser feito em concreto? Porque não se reivindica junto do Sr. Ministro do Ambiente a sua construção? Não se esqueçam que a água vai ser o petróleo do futuro e que deve ocorrer uma adequada política do seu armazenamento.

6 - Unidade de hemodinâmica do Centro Hospitalar da Cova da Beira. O que se passa? Surgiu algum problema? Qual? Tanta propaganda para a sua criação, como está a sua implementação? -----

7 - Rampa de acesso à Conservatória do Registo Civil da Covilhã. Sr. Presidente, sabe que continua a ser constrangedor o acesso a tal serviço público de cidadãos com deficiência física. Já diligenciou junto dos responsáveis governamentais sobre a razão de tal obra ainda não ter sido realizada? Sinceramente...! -----

8 - Investimentos... Emprego. Criação de postos de trabalho, como estamos? Que diligências têm sido realizadas para atrair para a nossa região empresas em Portugal e no estrangeiro. Quantos projetos foram apreciados? Que incentivos foram oferecidos? Tem a assessorar um gabinete de planeamento. Certamente vai ter a facilidade de ter conhecimento das respostas. -----

9 - Posto da G.N.R do Paul. Como está o processo? Que novidades pode dar a este propósito? Vai surgir um novo posto? Quando? -----

10 - Processo do Lítio. Que informação pode a Câmara Municipal da Covilhã dar a esta Assembleia? Já decorreu ou está a decorrer algum estudo de impacto ambiental? A Câmara Municipal foi ouvida? Realizou alguma diligência junto do Ministro ou do Secretário de Estado? Colocou algumas questões sobre temas que nos preocupam. ---

Esperamos que haja respostas. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

“De Novo Covilhã” -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** iniciou a sua intervenção dizendo que o problema do amianto na Escola Pêro da Covilhã já tinha sido abordado, porém alertou ainda para a existência do mesmo em pavilhões do Parque Industrial do Canhoso. “Penso que se deveria fazer um estudo no sentido de verificar as condições em que se encontram. -----

Salientar a campanha do PCP sobre a redução do caudal do Tejo e Ponsul (constante do expediente) com a revisão do protocolo da albufeira. Esta questão da Barragem do Alvito no rio Ocreza levou-me à questão da barragem da Covilhã também já colocado pelo orador anterior. -

Quanto ao Imposto Municipal de Transmissões, a questão que se me colocou foi: na Covilhã existe alguma situação de retenção do IMT pela Autoridade Tributária? Penso que seria interessante conhecer se existe ou não existe no nosso concelho. -----

Quanto às ciclovias e à pintura de uma faixa de um metro, eu pensava que uma ciclovia era uma coisa diferente. Há pouco tempo estive em Lisboa e vi ciclovias. Fiquei admirado quando vi que uma ciclovia é uma pintura na estrada! De um metro! Eu não sei se percorrem todos o mesmo circuito no mesmo sentido ou se eles vão depois cruzar naquele metro! Pensava que a intervenção tinha outra qualidade e que assegurasse a segurança de quem vai utilizar aquelas ciclovias. Vamos esperar que não aconteça nenhuma desgraça. -----

Quanto ao Bairro do Património, o Bairro do Património tem dado muito que falar e o Senhor Presidente da Câmara tem prometido, várias vezes, que irá reunir com os residentes para encontrar uma solução definitiva. Conhecemos os vários ciclos: é propriedade; não é propriedade; volta a ser propriedade; ... e, afinal de contas, já não há renda, mas há transmissão ou não há transmissão, ... A pergunta é, no fundamental, se já reuniu e se já chegou a algum entendimento com os residentes. -----

Questão ligada às habitações sociais, perguntar se, para além da eficiência energética e das caixilharias, a intervenção prevê, de facto, a resolução de outros problemas das habitações sociais. -----

Quanto à rede viária da zona Sul (que já foi aqui referida e já o referimos várias vezes), a intervenção na ligação Casegas a S. Jorge da Beira, sem uma intervenção complementar no resto da rede viária, é colocar um troçozinho onde se pode transitar, mas o resto do acesso a esse troço continua degradado. -----

As árvores na Avenida 25 de Abril e no Bairro do Rodrigo – Senhor Presidente, tem que haver aqui uma intervenção. Ninguém consegue passar naqueles passeios! Estamos a falar numa zona urbana onde transita muita gente! O problema é das árvores? A única hipótese: ou se alargam os passeios ou se cortam as árvores e se plantam mais árvores. -----

Componente de apoio à família: quanto aos horários, tem que haver uma adequação escola a escola. Não se pode definir horários *a metro* para todas as escolas porque as necessidades dos pais que residem na cidade e aqueles que residem no Paul são completamente diferentes. Os do Paul tem que fazer 20 km e necessitam de mais tempo de apoio na escola quer do pré, quer do 1.º ciclo. -----

E depois os preços. Há famílias que têm crianças em escolas diferentes na cidade da Covilhã e pagam pela CAF valores diferentes. Dois filhos / escolas diferentes pagam valores diferentes. --

Ou seja, ou se oferece este serviço e há uma revisão desses preços que são praticados porque pensamos que não é justo e não é correto existirem preços diferentes para o mesmo serviço na cidade e no concelho.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** tomou a palavra para retificar algumas intervenções feitas. -----

“O Senhor Deputado Dr. Luís Fiadeiro dizia, há pouco, que a grande maioria das pessoas não votaram relativamente às eleições de 6 de outubro. Não é verdade. Não foi a grande maioria das pessoas. Não é um contributo para que a gente tenha uma discussão séria, honesta e tranquila sobre a necessidade de rever processos e rever os círculos. -----

A outra questão: a Lei Cristas, que o Senhor Deputado João Bernardo disse, não é a lei que ele referiu. Aqui vai o meu voto de repúdio também às suas declarações. É que a gente tem de repudiar as intervenções desta forma como o meu camarada Vítor Reis Silva fez. -----

A Lei Cristas é a lei de 2012 do Regime do Arrendamento Urbano que liberalizou o mercado do arrendamento e que despejou um conjunto significativo de idosos que moravam em habitações e deu lugar à especulação, ao alojamento local e a todas essas consequências que nós já sabemos! -----

Outra coisa bem diferente é a lei de 2016: uma proposta apresentada pelo PCP para revisão de uma lei de 2014 que existia e que o CDS, na última reunião plenária, votou contra o cálculo das rendas apoiadas. -----

Levantou esta questão no concelho da Covilhã, assim como levantou a Junta de Freguesia de Boidobra, e vem-se aqui valer de uma coisa que, efetivamente, no plenário da Assembleia da República, votou contra a lei que está em vigor, dos 4.32 euros como valor mínimo de renda. --

Vá consultar, Senhor Deputado. -----

Ainda uma nota. Já o tínhamos solicitado porque senão os deputados da bancada do PCP acabam por serem prejudicados relativamente a isso: que as atas devem incluir os documentos anexos porque elas não são publicadas com os documentos anexos e nós geralmente fazemos as intervenções escritas. A partir de agora, mesmo que esteja escrita, eu não entrego que é para ela ser reproduzida na ata até que ela seja reproduzida na íntegra porque o que acontece é que elas não estão publicadas ou não as recebemos, muitas vezes o Deputado Vítor Reis Silva ou

Jorge Fael ou Marco Gabriel apresentaram o documento 17 e depois não se sabe para memória futura não se sabe qual é que é o documento 17; não se sabe quais foram as nossas opiniões e depois até há votação de alguns documentos e depois também não se sabe o que se está a votar. Portanto era uma nova recomendação. -----

Apresentei um requerimento na última Assembleia Municipal que está escrito na ata, que a Mesa não sei se fez chegar à Câmara Municipal, onde eu perguntava a data previsível da execução das obras de regulamentação de trânsito na Rua Centro Paroquial e Rua das Escolas (uma deliberação de 18/12/2015). Este é um requerimento muito específico. Fiz também uma intervenção sobre a necessidade de um plano de pavimentação de ruas da freguesia, onde apresentei várias sugestões com o número de metros e quilómetros, com as vias que são necessárias e esse plano ainda não apareceu na Junta de Freguesia.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou manifestando o seu regozijo “pelo facto do nosso Diretor do Departamento – Dr. Júlio Costa – ter concluído como melhor aluno o Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública no Coimbra *Business School*. É de elementar justiça que eu o refira. Estamos a falar de um qualificadíssimo dirigente desta Câmara que serve, com a mesma lealdade, sejam quais forem os presidentes ou as presidentes que estiverem na Câmara Municipal da Covilhã. A valorização, a distinção e a forma abnegada e determinada com que ele se dedica a esta causa (e sou bem testemunha disso porque as agruras e também os momentos de alegria que temos tido ao longo destes anos relativamente às questões financeiras onde ele, com muito afinco e com muita dedicação, trabalha) este reconhecimento é uma forma de compensação, mas é graças ao seu trabalho, ao seu empenho e à sua grande capacidade de trabalho e inteligência que foi adquirindo ao longo dos anos.” -----

Congratulou-se ainda pelo facto de “estarmos na freguesia do Tortosendo, neste belo auditório do nosso parque de ciências e tecnologia a realizar esta sessão importante da nossa Assembleia Municipal.” -----

Referiu que iria tentar responder a todas as questões colocadas. -----

“Há aqui uma temática que é recorrente e dá azo a muita demagogia e a processos mal-intencionados por parte de muita gente que são as ciclovias. -----

As ciclovias não estão construídas, nem concluídas. Retenham esta ideia. Há fases das ciclovias que estão em construção. Aliás, detetaram-se alguns erros de execução da obra por parte do empreiteiro que estão a ser corrigidos. -----

Não é debaixo de chuva torrencial que nós vamos: fresar; colocar tapete; pintar; colocar faixas que vão para além do metro, faixas adjacentes e pinocos para que toda a gente veja aquilo à distância e para que não se coloque em perigo quem utilizar as ciclovias! -----

Já agora, porque também falamos muito em comissões e não é nenhuma crítica à comissão proposta pela Senhora Deputada Assunção Vaz Patto, tivemos aqui três dos melhores especialistas portugueses sobre mobilidade numa sessão pública, no nosso Salão Nobre, aberta a toda a gente: o Presidente da Entidade Reguladora da Mobilidade - um cidadão da Boidobra por mera coincidência, o Diretor da mais conceituada revista portuguesa sobre mobilidade, dos autores do Projeto da Mobilidade. Enfim, de reputados especialistas. -----

Nisto parece-nos que todos somos especialistas. Toda a gente fala de tudo com uma grande jactância e a verdade é que poderiam ter lá estado, ouvir e colocar as questões pertinentes para que depois não dessem azo a estes equívocos e a estas demagogias que são fáceis de produzir.

Não há retenção de IMT. -----

Bairro do Património – andam distraídos os Senhores Deputados do Partido Comunista e o mesmo digo ao Senhor Deputado Dr. Luís Fiadeiro. Já há mesmo uma solução. Ela foi aprovada e objeto de discussão na Câmara Municipal. Tivemos uma longa discussão com os moradores (que não substitui uma outra que hei de ter, mas isso é uma outra questão), relativamente à solução de fundo. E a solução de fundo foi reconhecer o direito ao uso, nos termos dos artigos 1484.º e 1488.º do Código Civil. De acordo com estes dois artigos, há um direito de uso que é reconhecido àquelas famílias que ali habitam. -----

O que eles tinham era uma situação precária. Utilizavam aquelas casas, a título precário, sem qualquer pagamento de renda ou contrapartida, e não tinham um título. Era uma utilização não titulada, não legitimada, não fundamentada. -----

Reconhecemos que são pessoas, na sua esmagadora maioria, carenciadas que precisam e têm direito à sua habitação. É um direito ao qual sou muito sensível e, por isso mesmo, o defendo abnegadamente e arranámos esta solução, ou seja, enquanto aqueles concidadãos/municípios que habitam aquelas casas forem vivos têm o direito a utilizá-las gratuitamente. -----

Põe-se o problema da sucessão que é a questão que nos colocaram, aquando da nossa discussão e votação na Câmara Municipal. O que se está a procurar arranjar é uma solução para, numa fase intermédia e para esbater esta solução que pode, à primeira vista, parecer abrupta, se saber como é a sucessão da utilização. Eu, pessoalmente, defendo e pedi aos nossos serviços jurídicos (Câmara e fora da Câmara) que nos deem o necessário auxílio para arranjarmos uma solução intermédia que contemple esta primeira geração e imediatamente subsequente ou dos utilizadores que coabitam com os atuais utilizadores possam, na fase seguinte e imediata, utilizar as casas. -----

Há uma coisa que é incontornável que é a seguinte: em 2002, o Município da Covilhã fez uma escritura de justificação e aceitou a doação vinda da Diocese da Guarda. A Câmara Municipal interveio, através do Senhor Vereador, nessa mesma escritura dizendo e reconhecendo que havia posse há mais de 20 anos à Igreja e, nessa sequência, havia uma doação. Existe uma escritura. Tal como existe, e confesso que desconhecia, um documento que me foi facultado

por uma das utilizadoras numa das últimas sessões relativamente ao título e à sucessão. É um documento deveras complicado porque entra em questão o domínio moral – tinha que se fazer juízos se alguém tinha idoneidade para suceder naquela utilização e que não havia sucessão pura e simples. Posso-vos dar cópia, quer da escritura, quer desse mesmo documento. -----

Na discussão pública, acerca do nosso sistema de mobilidade, eu próprio coloquei a questão, solução para um problema que o Senhor Deputado Vítor Reis Silva pertinentemente me coloca. É uma preocupação transversal de todos nós. Na Avenida 25 de Abril temos várias soluções. Ou cortamos as árvores e substituímo-las por árvores amigas do meio urbano (elas são amigas do ambiente, mas não são amigas do meio urbano, uma vez que as raízes afloram e fazem desprender todos os materiais que estiverem na sua envolvência). Na sua esmagadora maioria, a espessura do tronco é o correspondente à largura do passeio, nalguns casos. -----

Portanto, ou alargamos os passeios e conservamos as árvores e tiramos estacionamento; ou substituímos as árvores cortando-as. Há aqui várias soluções e agradeço muito que as Senhoras e os Senhores Deputados me deem boas soluções para isso e aproveito para vos dizer que também é minha intenção ouvir a opinião pública, designadamente os que ali moram, relativamente a isso porque quero solucionar aquele problema. -----

É um problema de mobilidade. Somos uma cidade de montanha com acentuados declives. A nossa cidade foi concebida há muitos séculos e em boa hora, mas a verdade é que as preocupações com os nossos concidadãos de mobilidade reduzida nem sempre existiram. -----

Dou-vos outro exemplo. O que fazer para estes nossos concidadãos que se quiserem deslocar de cadeira de rodas ou num veículo equivalente junto à Garagem de S. João, no sentido Garagem de S. João/Colégio das Freiras? Logo ali das duas uma: ou suprimimos a circulação de autocarros e carros; ou então colocamos um passeio. Já estão a ver como é! -----

É muito fácil falar! Agora arranjar soluções que sejam compagináveis com a utilização prudente, segura, eficaz e fluída das pessoas é que é mais complicado! É aquilo que nós pretendemos. ---

Componente de Apoio à Família – Há disparidades que resultam da existência de associações de pais e ainda bem que existem nas escolas onde elas funcionam e funcionam bem (temos exemplos paradigmáticos no nosso concelho). Logo, quem estipula o preço nessas escolas onde há associações de pais são elas próprias; nas outras somos nós, atendendo a critérios de equidade e de justiça para que ninguém fique prejudicado. -----

A questão do lítio é uma questão que nunca é esgotada. Tem sido debatida. A nossa posição é pública, clara e inequívoca. Se alguém tiver dúvidas acerca da opinião do Presidente da Câmara e do Executivo, peço-lhes o favor de perderem 20 ou 25 minutos que foi o correspondente à minha intervenção de improviso na reunião da Comissão do Poder Local na Assembleia da República. Está lá claramente explanada com fundamentos políticos, técnicos e de várias índoles; as petições que temos subscrito; as posições que temos assumido; e não é por este ser o Governo do Partido Socialista ou que fosse outro que a minha posição ou posição do Município

era diferente. A posição do Presidente da Câmara e do seu Executivo é, falo pela maioria, a de estar ao lado das populações. Logo que as populações não estejam tranquilas e que não estejam seguras, a Câmara deve pugnar para que elas assim estejam, que elas tenham segurança e que as suas preocupações desvançam. -----

Fibrocimento – Dar nota que na Escola “A Lã e a Neve” já estão a ser removidas algumas daquelas que estão em desintegração. Damos prioridade, obviamente, a isso. No entanto, não é pelo facto de a Câmara ter assumidas as competências que estavam na órbita do Governo da República que as coisa se modificaram porque este capítulo não se modificou, ou seja, tudo o que for intervenções de fundo (requalificações e este é o caso) são da responsabilidade do governo da República. Não são responsabilidade da Câmara. Quero que isto fique bem claro para não haver lugar também nem a demagogias, nem a injustiças relativamente a esta matéria. Claro que tudo vamos fazer para que o fibrocimento seja, de uma vez por todas, removido das nossas escolas e de edifícios públicos. -----

Habitação social – As candidaturas estão aprovadas para 272 ou 273 casas. Dar a nota que se aproveitará, nos casos em que houver maior degradação, para que se façam obras de conservação e de requalificação. -----

Estradas do nosso concelho – Estamos todos de acordo. Elas foram negligenciadas quando havia fundos comunitários. Agora que não existem, temos que nos adaptar às circunstâncias. Vamos requalificar sobretudo as estradas com maior tráfego e nalguns casos, não tendo elas grande tráfego, mas porque temos que praticar aquilo que falamos relativamente ao Governo da República e à questão da interioridade, é o interior do concelho da Covilhã e não pode ser discriminado. -----

O Porsim vai ser uma realidade. Vai encurtar a distância daqueles nossos concidadãos. Se nós pensássemos na lógica eleitoral, muitas vezes sei que é assim que muitos fazem contabilidade, aquela obra não se faria como fizemos, no anterior mandato, a obra de ligação à Aldeia de S. Francisco de Assis. Só espero que, quando lá andarmos, não venham aqui dizer que é porque vêm lá as eleições! A contagem é decrescente, desde que tomamos posse até ao dia em que saímos e vamos a votos. Só espero que, quando chegarmos à hora, não venham aqui protestar que andamos a fazer estradas para ganhar votos porque as estradas fazem-se para assegurar a segurança dos nossos concidadãos que utilizam aquelas vias sem quaisquer discriminações (seja do Peso, de Vales do Rio, da passagem superior da autoestrada até ao cruzamento de Ferro e Peraboa, quer no retoque que havemos de dar noutras que já foram objeto de intervenção, dentro da cidade/fora da cidade, ...). -----

Limpeza das ribeiras – O Senhor Vereador empenhou-se nisso fortemente. As ripícolas e a limpeza propriamente ditas estão feitas. Claro que não fomos da nascente até à zona onde desagua. Lá há de chegar a altura em que também interviremos nesse mesmo sentido. -----

Iluminação – Temos que proceder a reajustamentos porque estamos “a poupar demais”. É possível aumentar nalguns sítios. Noutros não: quer porque existem copas de árvores, mas aí passa por podar a árvore; noutros sítios porque os postes são demasiado altos. Há muitos sítios

da nossa cidade e do nosso concelho onde podemos aumentar a potência e estamos a falar, neste caso concreto, só e apenas daquelas que foram objeto da nova iluminação. Aquando da apresentação do Plano de Mobilidade e provavelmente ainda viremos aqui, antes do final do ano, por causa do concurso internacional da concessão, iremos aproveitar essa mesma Assembleia para vos mostrar o estudo e para vos dar nota circunstanciada da problemática relacionada com a iluminação. -----

Rendas sociais – Dizer que estamos a fazer o necessário reajuste para devolver tudo a todos. Não queremos reter aquilo que não nos pertence. A Câmara Municipal da Covilhã é uma pessoa de bem e, por ser pessoa de bem, é que o anuário dos municípios portugueses nos distingue de forma muito assinalável relativamente a essa mesma matéria. Estamos a fazer contas mês a mês/ano a ano para devolver aos nossos munícipes aquilo a que têm direito. -----

Alienação de terrenos junto ao *Data Center* – Muita demagogia tem sido feita e um *guru* diabolizou esta solução porque ela, alegadamente, inviabilizaria a implantação de fábricas e empresas. Estão lá 90 hectares para instalar empresas! Neste sítio jamais se instalariam empresas. Este sítio onde foi feita esta urbanização é um complemento e um pólo de atração para empresas e empresários porque muitos quererão ficar muito perto do seu local de trabalho, ou seja, da empresa que quer ou vão dirigir. Estamos a falar de lotes à beira da estrada, uma ocupação de 6 hectares e restam 90 hectares. -----

Há um equívoco muito grande: a Câmara da Covilhã não é detentora de nenhuma ações na Turiestrela, nem a Junta de Freguesia de Unhais da Serra. -----

Parques infantis – É o que diz a Lei. A informação que tenho dos serviços é que, confrontados com o relatório da autoridade, foi-lhes dito formalmente, nos termos da Lei, embora tenhamos a consciência que a Câmara tem um papel importante que é o de ajudar a resolver esses problemas e eu já disse e fiz declarações públicas inequívocas que são no sentido de eliminar parques que não tenham ou tenham uma reduzidíssima utilização e de, ao mesmo tempo, reativarmos e requalificarmos outros e também construirmos novos parques onde necessário for. -----

Ecopontos – Sinceramente, devo dizer que não gosto de ver o lixo em volta daqueles ecopontos. A verdade é também a seguinte: há recolha dedicada às empresas e, portanto, se calhar, também os nossos ilustres empresários fazerem um pequeno esforço no sentido de se articularem para que isso possa ser feito, sendo certo que vamos tentar arranjar uma alternativa porque, efetivamente, são um mau cartão de visita. Mas, aquela há de deixar de ser a principal entrada do Parque Industrial do Tortosendo. Não queria terminar os mandatos que o Povo me vier a conferir sem arranjar uma entrada direta, rápida e fácil ao Parque Industrial do Tortosendo porque o merece. -----

A barragem continua a ser uma preocupação. Inviabilizada que foi aquela solução porque não era concretizável e muita demagogia se tem feito em volta disso. Não estava concluído o estudo de impacto ambiental. Havia um problema jurídico. Acrescia ainda o facto de que, ainda que tivéssemos (e não tínhamos) luz verde das autoridades para avançar com aquela obra, jamais a

conseguiríamos concretizar dentro do prazo que a União Europeia tinha estipulado. Portanto, não era concretizável. Mas não é essa a principal razão porque ainda tentaríamos outras opções. A verdade é que, do ponto de vista técnico-jurídico e também ambiental, não era possível avançar. Aliás, quem avançou com a maior obra que uma câmara municipal fez no Interior do país, na anterior legislatura, que custou 11,5 milhões de euros (e que não vou deixar cair no esquecimento), foi a Câmara da Covilhã com 25 quilómetros de condutas adutoras e 6 reservatórios. Quem fez isto também tinha feito a barragem se tivesse viabilidade técnico-jurídica para intervir e para a fazer. O que se disser acerca disso é pura demagogia de quem teve a incapacidade de relações humanas, pessoais e interpessoais que inviabilizou que aquela barragem tivesse pronta onde era pretendida na fase 1. Na fase 2, a alternativa que fica a jusante é mais amiga do ambiente, não tem tanto impacto ambiental e visual e armazena mais água. Posso voltar ao início e trazer-vos os documentos, quer das autoridades ambientais, quer do Ministério, quer do POSEUR, que demonstram aquilo que estou a dizer, mas há quem seja especialista a deturpar aquilo que está escrito, quanto mais aquilo que é dito. -----

A iluminação é um problema que estamos ainda a trabalhar com o contador do início das obras. Quando faz a feira tem que pedir um contador ocasional. É um problema que temos que resolver em conjunto. Já há dez anos que andamos nisto! A ver se, o mais breve possível, conseguimos resolver esse mesmo problema. -----

Relativamente à passagem superior do TCT, já numa anterior reunião, o Senhor Eng.º Jorge Vieira teve a oportunidade de verbalizar que não oferecia perigo. Não sei se ele ainda mantém essa mesma opinião, mas peço que se faça uma vistoria e se verifique e constate se, efetivamente, oferece ou não perigo para que dúvidas não subsistam porque, em primeiro lugar, está a integridade física e a vida dos nossos concidadãos e munícipes.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após os cumprimentos feitos, iniciou informando que tinha acabado de fazer uma chamada telefónica “onde me disseram, por estas palavras: “alguém quer saber quem tem ações na Turiestrela é consultar a escritura da constituição da empresa onde tem todas as ações, nas quais se incluem as ações da Câmara da Covilhã, as ações da Junta de Freguesia de Unhais da Serra e outras de outras entidades públicas, nomeadamente autarquias de outros concelhos.” -----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse a situação, dizendo ainda que “lhe posso garantir que, nas atas da Freguesia de Unhais da Serra, estão 276 hectares transformados em ações da Turiestrela com um valor de 1 200 escudos/cada uma. E posso lhe garantir mais: que, na escritura da constituição, lá estão as ações da Freguesia de Unhais da Serra, da Covilhã, Cortes do Meio, Alvoco da Serra, Louriga, ..., de maneira que as ações não são minhas e não estou a reivindicá-las para mim, mas ainda assim pedia que haja clareza em todo este processo.”

--- O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou o uso da palavra para esclarecer que “deve ser outra figura. Não tenho presente a escritura, mas deve ser outra figura que não a de detenção

de ações porque senão tinham que entrar na nossa contabilidade. O Dr. Júlio e as Senhoras e os Senhores Deputados tinham que aqui se pronunciar sobre as contas dessa mesma sociedade”.-

--- O **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**, relativamente aos requisitos mencionados pelo Senhor Presidente da Câmara que levavam ou não à construção da barragem no local que estava inicialmente previsto, colocou a seguinte questão: “de acordo com as suas palavras, esse local foi considerado inviável do ponto de vista ambiental. Estou a saber isso agora pela primeira vez. Se não é naquele local, se está prevista a construção noutra local? -----

Já lá vão 6 anos com este tema e, como todos nós sabemos, a questão da barragem da Covilhã é fundamental.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que não era a primeira vez que falava sobre este assunto da barragem. Continuou dizendo que estavam “a procurar que fosse na localização B da anterior gestão camarária pelas razões sobreditas. Primeiro porque se armazena mais água. A solução até se afigura mais barata e com menos impacto visual e ambiental, com ganhos de quatro níveis. -----

Claro que isto não é um processo em que a Câmara sozinha consiga fazer, senão já estava, porventura, até mais adiantada. É um processo moroso e lento que estamos a tratar e a trabalhar nesse sentido. Estamos todos preocupados. Disse e bem que a água é um bem cada vez mais escasso e valioso. Temo-la ali em estado de pureza e em abundância. É uma questão de ser armazenada. Arranjar o armazém é que é o problema.” -----

2.2 – ORÇAMENTO PARA 2020, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL, ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de outubro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 6123 de 2019.10.31 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Ausentaram-se da Sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro e Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e votação do assunto. -----

O Senhor António Paulo Pereira Ranito não votou porque se escusou a participar e a votar. ----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc. 16)** -----

“O Orçamento para 2020, diz o executivo, um **“orçamento realista”**. -----

Acrescentam que **“é um orçamento adaptado à nossa realidade”**. -----

Dizem que é um orçamento que **“não vende ilusões”** aos nossos concidadãos. -----

Temos de concordar que este é um orçamento realista pois reflecte uma realidade de pequenez manifestada por um executivo sem nenhuma ambição para o concelho da Covilhã. -----

Infelizmente este é um **orçamento realista** porque se limita a gerir o dia-a-dia e fica-se por aí. É esta a realidade do concelho da Covilhã desde 2013. Estamos em 2019. -----

Mas se queremos falar de **orçamento realista**, digo-vos que este orçamento continua a apresentar um **empolamento** na previsão de receitas orçamentais. -----

Só o empolamento dessas receitas é que permite a elaboração deste documento. Caso contrário, não teria condições de ser elaborado e cumprir o princípio de equilíbrio. -----

Este orçamento continua a apresentar despesas sem que existam meios monetários disponíveis para o seu pagamento, o que potencia uma gestão orçamental desequilibrada. -----

As contas referentes aos exercícios financeiros anteriores têm-nos dado sempre razão. -----

Um dos maiores problemas que este executivo **amontoa** é a rigidez ao nível da despesa orçamental. Um perigo para o futuro do concelho da Covilhã. -----

Esta imprudência de aumento da despesa rígida foi severamente criticada pela **Inspecção Geral de Finanças** no relatório da auditoria ao Município da Covilhã e que este executivo escondeu à Assembleia Municipal, durante quase dois anos. -----

Se este Orçamento está adaptado à nossa realidade perguntamos onde está a **barragem** neste orçamento? -----

Em seis anos, este executivo nada fez e não apresenta um esquisso de uma nova barragem. ----

Quando este executivo chegou à câmara em 2013 herdou, 11,5 milhões de euros em investimentos complementares à barragem, por via da ICOVI. -----

Este ano, a ICOVI tem como grande objectivo concretizar investimentos de 100 mil euros. -----

Passámos de uma realidade de 11,5 milhões euros em 2013, para uma realidade de 100 mil euros de investimentos em 2019. -----

Tudo isto na empresa Municipal que se deve ocupar da construção da barragem. -----

Como diz este executivo este é um Orçamento adaptado à nossa realidade. **Esta é a nossa realidade.** -----

Este executivo fala num **“orçamento que não vende ilusões aos nossos concidadãos”**. -----

Como é que se pode dizer, que não **“vende ilusões”**, quando este executivo esconde uma dívida superior a 6 milhões de euros. -----

A regularização desta dívida oculta, resultante de subsídios compensatórios devidos à ADC, não aparece neste orçamento. -----

Esta dívida oculta resulta dos trabalhos que a ADC faz para a Câmara da Covilhã. -----

O que está a acontecer é mais ou menos isto: **“façam lá os trabalhos e ponham na conta”**. A conta já vai em 6 milhões de euros. -----

Os contratos destas responsabilidades têm que vir a esta Assembleia e como nada é referido neste orçamento isto significa que a conta vai continuar a aumentar. -----

Os alertas deste grupo municipal, dos revisores oficiais de contas e da Inspeção Geral de Finanças têm sido propositadamente **ignorados** por este executivo. -----

Estamos perante a persistência de uma situação de desequilíbrio, não reflectida no orçamento do próximo ano. -----

Este orçamento “não vende ilusões” porque não deixamos que isso aconteça. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (PCP)** fez a seguinte intervenção: -----

“Apreciamos hoje o Orçamento, as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de investimentos, o Plano de Atividades Municipais, o Mapa de Pessoal, a Tabela de Taxas, as Compensações e Outras Receitas do Município da Covilhã e ainda a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos desenvolvidas ao longo de 146 páginas de difícil leitura, com manifesta má qualidade de impressão, colagem simples de *outputs* do *software* contabilístico, uns na vertical, outros na horizontal, sem a apreciação comparativa face a anos anteriores e sem qualquer apresentação gráfica que apoia a análise/apreciação/discussão, não permitindo que neste ponto se retire toda a potencialidade que o mesmo encerra, ou seja, uma verdadeira discussão da estratégia, objetivos, atividades e operações a levar a cabo durante o ano de 2020 para fazer face às reais necessidades daqueles que residem e trabalham no Município, na cidade e no seu concelho. -----

Pensámos que, com a criação do novo Departamento de Finanças e Modernização Administrativa, também a proposta do principal documento que a Assembleia Municipal tem como competência apreciar e votar visse refletida esta nova estrutura orgânica e o suporte fosse melhorado na forma e no conteúdo. -----

Já o dissemos em anteriores momentos. Reafirmamos a necessidade de o levar à prática. -----

Para já, relativamente ao ano passado, foi muito mais fácil a leitura dos documentos que nos chegaram com uma versão de melhor qualidade. Basta consultar, por exemplo, o Orçamento e Contas da Câmara Municipal de Idanha a Nova para se perceber que é possível, num documento que apresenta estratégia/objetivos/atividades/ações, darmos a este órgão uma maior qualidade para uma melhor discussão. -----

47 milhões de euros é o montante que se prevê arrecadar e aplicar aos vários setores da autarquia, condicionado pela consolidação das contas públicas decorrente do Programa de Assistência Económica e Financeira. Leia-se programa de agressão e empobrecimento da *Troika*, conforme se dá conta na introdução ao Orçamento, tendo por base o boletim económico do *Banco de Portugal* de junho de 2019, designadamente nos valores a transferir para a autarquia, FEF, Fundo Social Municipal, participação no IRS, etc. -----

47 milhões de euros de Grandes Opções do Plano com um plano de investimentos de 26 milhões de euros, com a inclusão do roteiro das terras do volfrâmio e estanho, requalificação do troço Paul – Erada, requalificação da zona de lazer de Verdelhos, rota da broa e, ainda, os passadiços da ribeira de Vila do Carvalho, ficando para trás um conjunto significativo de investimentos inscritos neste documento, mas nunca realizados. -----

Por um lado, perguntamos como foi efetuada esta auscultação pelas freguesias, não havendo investimentos previstos em todas elas. -----

Por outro lado, este Plano de Investimentos está concentrado em algumas obras na cidade. ----

Já quanto ao Plano de Atividades Municipal, nenhum novo projeto para 2020. -----

Relativamente às Transferências para as Freguesias, um pedido de explicação porque o Orçamento de 2019 contemplava 1.476.000 € de despesa corrente a transferir para as freguesias e 468 mil euros de despesa de capital, o que dá o montante de 1.944.000 €. Já em 2020 aquilo que está previsto no Orçamento é 1.253.000 € de despesa corrente e 624.000 € de despesa de capital (aumentando a capital e diminuindo a corrente), mas na soma global dá um valor de menos 66.500 € a distribuir pelas freguesias do concelho e ainda por cima com a questão da delegação de competências e a transferência de competências, o qual perguntamos a que é que se deve.” -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)** referiu ter três questões a colocar. -----

“A primeira questão é sobre o PREVPAP. Se o Programa de Regularização Extraordinário foi concluído? Com sucesso? Ou se há ainda casos por resolver ou concluir? Na sequência desta questão, se há ou não ainda precariedade no Município? -----

É sabida a nossa posição relativamente a esta matéria. O que não pode acontecer é resolver a precariedade através de um programa extraordinário pela porta e a precariedade continuar a entrar pela janela. Isso é que não é aceitável. -----

Há algumas indicações que nos vão chegando: isso continua a acontecer. -----

A segunda questão tem que ver com a transferência de competências. Creio que já está prevista neste Mapa de Pessoal. É isso? Portanto, isso significa mais umas centenas de trabalhadores, sobretudo assistentes operacionais na área funcional da educação. A questão é: qual é o impacto no plano da coordenação e de direção destes trabalhadores? -----

Não se consegue perceber, no fundo, qual é a estratégia da Câmara para absorver este impacto. A não ser, pelos vistos, vai ser delegar nos Diretores dos Agrupamentos a gestão deste pessoal e depois logo se vê, sabendo bem que o rácio que existe é o rácio funcionário e o número de alunos é deficitário e, portanto, os problemas chegarão mais cedo do que tarde, mas os problemas chegarão. -----

Não queremos ser catastrofistas, mas já andamos nestas coisas há alguns anos e sabemos que é muito chato ter a razão antes do tempo. -----

Portanto, era a pergunta sobre a coordenação, direção e o impacto dessa transferência de competências. -----

A terceira questão é sobre a valorização dos trabalhadores da Autarquia. -----

Não consigo perceber, em termos de formação, qual é a aposta. Em termos de saúde e segurança no trabalho, também não se consegue perceber. -----

Tendo em conta que os funcionários/trabalhadores da administração local e da administração pública em geral não vê a cor do aumento salarial há dez anos, o Ministro Mário Centeno ou pelo menos o Governo parece que quer atualizar os salários não com a inflação esperada, mas com a inflação verificada que é uma coisa extraordinária! Isso seria bom, por exemplo, aplicar às taxas, mas enfim! -----

Não sendo adepto da opção gestionária, perguntar se a Câmara equaciona ou não (pelo menos eu não vi) esta possibilidade que, não sendo inteiramente do nosso agrado, permite neste quadro uma opção gestionária dirigida sobretudo para os trabalhadores com remunerações mais baixas, mas permitiria uma valorização remuneratória mais do que justa dos trabalhadores da administração local, neste caso, da nossa Autarquia.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida, não tendo tido tempo para a sua completa leitura: **(doc. 17)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras - Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Já em Dezembro de 2018 dissemos e afirmámos que existem valores elevados nos serviços prestados nos vários setores, que vêm de alguns anos e que esta Câmara, gerida pelo PS, tem atualizado com o valor estimado para a inflação para o ano de exercício. -----

Mas.. sempre poderiam utilizar a nova versão do Governo do PS para as atualizações salariais.. e utilizar como referência a inflação verificada, assim, em vez de 1.5%, inflação esperada, deveriam ter utilizado os 0.4%. -----

Porém, é nas taxas aplicadas à utilização dos equipamentos desportivos e de lazer que nós discordamos de forma profunda. -----

Não somos defensores do princípio social democrata do utilizador – pagador, pela simples razão de que existem pessoas que não têm possibilidades de pagar, o que as limita como utilizadores, acentuando as diferenças sociais. -----

Daí o Fundo de Coesão Social que a Câmara recebe mas que não aplica. -----

Se o adulto pode gerir os seus recursos financeiros de acordo com as suas necessidades e prioridades o mesmo não podemos dizer das crianças que estão sempre dependentes do adulto e das suas prioridades. -----

A maioria do PS que gere a Câmara Municipal há 6 anos, ao manter as taxas anteriores, atualizando anualmente de acordo com a inflação, demonstra que concorda com a sua estrutura, organização e valores herdados da Câmara Municipal gerida pelo PSD. -----

Assume, assim, que uma Câmara Municipal, nos serviços que presta à população, deve assumir uma visão da elevação progressiva do valor desses serviços. -----

Contudo, de forma contraditória, verificamos, algum esforço (pequeno, diga-se) na redução dos encargos na reabilitação urbana, com as ARUs, na proposta de redução do IMI e na redução da fatura de água. -----

Muito pouco e aquém daquilo que é possível para deixar no orçamento familiar mais dinheiro disponível para a dinamização da economia local. -----

Porém, no que toca à tabela de taxas, compensações e outras receitas, o PS não mexe. Porquê?

Porque concorda com o que encontrou? -----

Porque analisou, refletiu e comparou com o que se pratica em outros municípios? -----

Porque fez uma avaliação dos serviços públicos prestados e concluiu que a população se encontra satisfeita na relação qualidade/preço do serviço? -----

Porque verificou a não existência de reclamações da população nem a existência de vozes críticas e ou de propostas vindas da oposição? -----

Se o fez, solicito, desde já, o relatório da avaliação feita, recomendações e reflexão elaborada pelo Executivo. -----

Se não foi feito, posso requerer aos serviços da Câmara Municipal **o estudo comparativo das taxas, compensações e de outras receitas** verificadas nos municípios da Cova da Beira? -----

Se não foi feito, posso requerer aos serviços da CMC **o estudo do grau de satisfação da população do Concelho** quanto aos serviços prestados pela CMC, em todas as áreas de intervenção? -----

Quanto às taxas verifica-se que a proposta apresenta valores demasiado elevados em relação às diferentes áreas dos serviços prestados. -----

Na área dos serviços administrativos e urbanismo são constantes as queixas dos valores praticados. -----

No estacionamento à superfície ainda estamos na lógica e dinâmica, já extinta e desaparecida, da concessão dos silos no pelourinho a uma entidade privada à qual se assegurava (que não se assegurou) a exploração de 120 estacionamentos à superfície. -----

Acabar com as taxas do estacionamento à superfície é uma exigência de toda a população e da Associação de Comerciantes. -----

Na ocupação do subsolo somos confrontados com a TOS, processo complicado, mas onde a Câmara arrecadou a receita que está a ser cobrada aos utilizadores da Beira Gás. -----

Esta tem o direito de cobrar com efeitos retroativos. -----

A Câmara propõe uma taxa de 4,90€ para 2020. -----

Logo, os clientes da Beira Gás (cliente-domicílio) vão continuar a pagar duas taxas na mesma fatura. -----

O que significa que um novo inquilino do domicílio com contrato com a Beira Gás paga duas taxas. -----

A atual e aquela que o domicílio não pagou em anos anteriores. -----

Não nos parece justo. -----

Mas, se mudar para a Galpgás passa a pagar uma só taxa. -----

Então, a confirmar-se, temos que aconselhar os clientes da Beira Gás a mudar de fornecedor. --

Quanto às taxas aplicadas nas infraestruturas desportivas quer pela mera utilização quer pelos serviços prestados, a situação é deveras caricata e preocupante. -----

Comparando -----

Na Piscina Municipal – Natação -----

Uma criança -----

Paga por uma aula – 11,60 -----

Por três aulas – 25,40 -----

No privado paga mais ou menos o mesmo. Mas.... Quantos operários desempregados ou com o salário mínimo oferece ao filho a atividade de aulas de natação na Piscina Municipal pagando 101€ por mês? -----

O Fundo de Coesão Municipal não deveria ser aplicado aqui? -----

Um adulto -----

Uma aula por semana – 17,70€ -----

Três aulas por semana – 30,80€ -----

No privado (na cidade) encontra uma aula por 12 € e por **40€ por mês** existe na cidade serviço onde vai lá todos os dias num dos turnos à sua escolha e ainda pode utilizar os ginásios específicos de manutenção física com aparelhos. -----

Na piscina municipal por três aulas por semana paga 123 € no final do mês. -----

Veja-se a disparidade de valores. -----

Um grupo/associação -----

1 pista – 10 pessoas – 3h por semana – 168,70€ -----

2 pistas- 10 pessoas em cada – 3h por semana – 303,40€ -----

Existe alguma associação, no concelho, que desenvolva a atividade de natação? Não. -----

Pois, a pagar aqueles valores... ninguém se atreve. -----

Na hidroginástica e reabilitação -----

Na piscina municipal – 1 aula por semana – 23,20€ -----

No H2O com água termal (em Unhais da Serra) – 1 aula por semana 20€ -----

Campos de treino 1 e 2 no complexo desportivo -----

Noturno e balneários -----

Associações – por hora – 148,90€ -----

Particulares – 359,70 € -----

Não é com a aplicação destas taxas que promovemos o concelho nem fixamos pessoas. -----

Repito o que afirmámos no dia da cidade, 20 de Outubro, -----

*Temos, assim, um concelho onde se paga de forma significativa os serviços que são prestados pela autarquia, **acima da média nacional*** -----

*Um Concelho onde se ganha **abaixo da média nacional*** -----

*Um concelho envelhecido com um **saldo natural negativo*** -----

*Um concelho onde mais de 50% da **população vive abaixo do limiar da pobreza*** -----

Ainda se admiram com a redução de população? -----

Como contrariar este ciclo descendente? -----

Temos que criar um concelho atrativo, onde se sinta que vale a pena viver, onde se tenha dinheiro e infraestruturas para se ter qualidade de vida. -----

- Baixar as taxas municipais -----

- O Iva na eletricidade de 23 para 6% -----

- Aumentar salários para os 850 € -----

- Creches gratuitas -----

- Rede viária requalificada -----

- Serviços de Saúde e de Educação de qualidade -----

- Abolir as portagens -----

- Apoiar as pequenas e médias empresas -----

- Apoiar a agricultura familiar e aproveitar para o turismo os recursos naturais, a gastronomia e a etnografia. -----

Disse -----

Os eleitos do PCP” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**, após os cumprimentos feitos e relativamente aos valores apresentados pelo Membro Municipal Prof. Vítor Manuel Reis Silva, referiu não saber onde tinha ido buscar os mesmos, uma vez que, sendo “frequentador da Piscina Municipal, faço 2 horas e não pago estes valores. -----

Já agora quero-vos dizer que a nossa postura é sempre esta: criticar quando se tem que criticar; e, elogiar quando se tem que elogiar. -----

Em termos de Piscina Municipal, temos excelentes técnicos, boas condições e, de facto, aquilo que eu vejo é gente a participar na hidro, na natação, na natação livre, na natação assistida com professores e os professores têm também excelentes qualidades humanas e profissionais. -----

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc. 18)** –

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Orçamento para 2020. -----

Primeiro que tudo, manifestamos a nossa satisfação pelo facto, de termos sido contactados através do gabinete do Sr. Vereador José Miguel Oliveira para darmos o nosso contributo. Tal não foi possível, pois a hora e dia propostos não era compatível com os nossos compromissos profissionais já anteriormente assumidos. Contudo, fica a promessa que no próximo ano, será marcada reunião de forma antecipada e em horário compatível. -----

Orçamento para 2020. -----

Um orçamento sem ambição, um orçamento sem uma estratégia delineada com base num plano previamente aferido e aprovado. -----

Orçamento para 2020. -----

Previsto um valor de 47 milhões de euros. 33 milhões para receitas correntes, 14 milhões para receitas de capital. -----

Por outro lado, estão previstos -----

27 milhões para despesas correntes -----

20 milhões para despesas de capital -----

Orçamento para 2020. -----

5.1 milhões de euros da transferência da administração central face à delegação de competências. -----

7,1 milhões de euros provenientes de receitas comunitárias. -----

1 milhão de euros de empréstimos bancários, para fazer face à comparticipação de algumas obras. -----

Orçamento para 2020. -----

Orçamento que reflete as transferências do Estado no âmbito da delegação de competências. –

Orçamento que reflete um peso significativo das despesas do pessoal nas despesas correntes. –

Orçamento, no qual o aumento das receitas não têm a ver com o crescimento da atividade económica, mas apenas com a delegação de competências. -----

Orçamento onde não há incentivos para captação de investimentos. -----

Orçamento que não está previsto algo de inovador para o concelho. -----

Orçamento em que não está previsto qualquer comparticipação para a obra da Barragem da Covilhã. -----

Orçamento no qual não se realiza um esforço sério no alcatroamento das estradas do interior do concelho. -----

- Estrada Ourondo-Casegas? -----
- Estrada Paul-Ourondo? -----
- Estrada Peso – Vales do Rio? -----

Como é possível. -----

Orçamento que não se aposta no interior do nosso concelho... não se estabelecem prioridades.

Orçamento em que não se aposta na habitação social: reparação e requalificação de habitações.

O que se propõe: -----

1 - Uma definição de prioridades: mais e melhor gestão nas despesas e aumento das receitas. -----

Para quê as “ciclo vias” se as estradas do nosso concelho estão como estão. -----

Prioridade na habitação e nas vias de comunicação terrestre. -----

2 - Incentivos para investimento, captando empresas e investimentos e propondo condições a empresas e pessoas. -----

3 - Revisão dos procedimentos dos licenciamentos. -----

4 - Projetos estruturais: A barragem da Covilhã, não pode nem deve ser abandonada. -----

5 - Prioridade nos apoios sociais e nas obras da Escola Pêro da Covilhã. -----

Por isso votamos **contra** o orçamento proposto. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

“De Novo Covilhã” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, relativamente ao Orçamento, referiu que não podia deixar de começar a sua intervenção “lendo o artigo 26.º, n.º 3 do nosso Regimento que diz que *“O Senhor Presidente da Câmara Municipal dispõe de 30 minutos para apresentação de cada uma das ... b) Opções do Plano e a Proposta de Orçamento...”* -----

Mais ano, ano após ano, reiteradamente andamos aqui invertidos em que o Senhor Presidente da Câmara atira um papel para cima da mesa e nós que nos metemos a adivinhar e o Senhor Presidente fecha-se em copas e depois vem aqui dizer que afinal andamos todos enganados. --

O Senhor Presidente tem a obrigação de explicar a esta câmara e aos Covilhanenses quais é que são as propostas, qual é que é a estratégia que tem para o ano de 2020 e não o faz! Nem cumprindo aquilo que é o Regimento base desta Assembleia! -----

Sobre o Orçamento em concreto, venho dizer duas coisas e acho que uma delas já o fiz em local próprio. Estava à espera da ata e bem sei que foi enviada já a destempo, mas enfim tive conhecimento dela. De facto foi cumprido, pela primeira vez em 6 anos em que participo ativamente nestas lides, o Direito de Oposição. Permitam-me que faça só duas ressalvas, porque efetivamente quem faz o documento e a Câmara Municipal têm que se convencer que têm que aprender a ler a Lei. De facto, quem tem o Direito de Oposição não são as Bancadas Municipais, nem os representantes na Assembleia Municipal – são os Partidos e os Movimentos. Portanto, têm que ser ouvidas as estruturas e não os eleitos. Terá que ser corrigido na ata, não a poderei assinar por causa disso. -----

Não posso deixar, no entanto, de congratular e de dar os parabéns ao Senhor Vereador e ao Chefe de Gabinete que nos receberam, ouviram e tomaram nota de quase tudo o que nós propusemos e que referimos sobre esta matéria, falta apenas aqui uma delas. Mas não posso deixar de dizer que nestas coisas os Partidos da Oposição não andam cá só a destruir, nem andam cá só a dizer mal. Andam cá a propor coisas. -----

Eu vou ler aquilo que nós propusemos, em sede do Direito de Oposição, para este Orçamento. E, a grande preocupação que o CDS-PP revela, para o ano de 2020 a par de outras competências, é a competência da educação porque é aquela que mais peso vai ter em termos orçamentais e, sobretudo, aquela que mais consequências vai ter ao nível da vida de todos nós, nomeadamente nos nossos filhos, nas nossas famílias e, sobretudo, na imagem que o Município tem que ter para as pessoas que queiram vir viver para cá. -----

Um dos elementos essenciais para que as pessoas possam decidir viver para a Covilhã é a educação dos seus filhos. É ter escolas como deve de ser. É ter escolas de referência. Só assim se consegue ter a capacidade de atrair e de atração de pessoas para viverem no nosso concelho.

O grande problema que nós questionámos foi saber se este Orçamento iria refletir, quer nos aspetos básicos e essenciais porque foi-nos transmitido que o quadro de pessoal da Câmara Municipal quase que duplica e curiosamente o Orçamento apenas aumenta 10%. A pergunta que se coloca e foi aquela que nós colocámos nessa altura e que não vemos respondida no documento que nos foi apresentado foi, de facto, se estavam salvaguardados todos os encargos inerentes aos custos de pessoal, investimentos, com as infraestruturas, nomeadamente nesta matéria da educação. -----

Relativamente a esta matéria, vê-se e verifica-se que este Orçamento não responde a nada disto. E não responde a nada disto nem em matéria de educação, nem nas outras competências assumidas e que nos foram garantidos que iriam ter um reflexo substancial neste Orçamento, nomeadamente a questão das estradas. Não se consegue perceber como é que se reforça tudo e este Orçamento apenas aumenta 10% ao ano anterior. -----

Relativamente às outras questões, questionámos se iria haver Orçamento Participativo e propusemos obviamente isso. -----

Propusemos que houvesse um reforço efetivo no apoio à criação de empresas conducente à fixação de empresas, nomeadamente através do apoio e de bolsas a estudantes da UBI porque eu acho que continua a ser vergonhoso que esta Câmara se permita atribuir duas bolsas de estudo por ano a estudantes da Universidade da Beira Interior. Era altura de mudar isso. Continua tudo na mesma! -----

A questão essencial de reforçar os serviços de apoio às empresas e aos empresários, nomeadamente os serviços administrativos da Câmara, para a flexibilização de horários e para o cumprimento do que são as regras de funcionamento de horários. -----

Estas foram as propostas concretas que nós fizemos em sede de Orçamento. Nada disto foi concluído. Aliás, existe alguma coisa para a barragem? -----

Em termos orçamentais, o que acontece é exatamente isto. Continua a haver um Orçamento de faz de conta. Continua a haver taxas e taxinhas, algumas delas que eu pergunto se estão lá previstas. -----

Quando precisamos de receita, aquilo que se faz é: joga-se com as vendas de imóveis. -----

Este Orçamento prevê mais impostos diretos e indiretos (quase 1 milhão de euros); menos receita, menos atividades, licenças de venda de bens e serviços correntes (menos de 1.6 milhões); menos rendimentos de propriedade (menos de 1 milhão de euros); menos receitas das empresas municipais (menos 700 mil euros); e assenta tudo numa panaceia que são as transferências correntes do Orçamento do Estado. -----

Eu espero que o Orçamento do Estado, que venha a ser conhecido, traga isto e mais alguma coisa porque senão não vamos ter nada para as nossas escolas. -----

O voto contra do CDS deste Orçamento vai exatamente por causa disto: não estão acutelados, em nosso entender, nenhuma das competências que foram assumidas em termos corretos e em termos concretos e, por isso, não podemos votar favoravelmente.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS):** “Relativamente a este ponto, da Ordem de Trabalhos, dizer que o Orçamento que hoje discutimos nesta Assembleia, certamente irá ser aprovado, encaixa perfeitamente na estratégia global, do PS e do Senhor Presidente Vítor Pereira, para o Município da Covilhã. -----

Dizer: uma gestão da Autarquia responsável procurando o equilíbrio entre a recuperação financeira do Município e a necessidade de investimento. -----

Quanto à primeira os números do anuário financeiro dos Municípios Portugueses não deixam dúvidas - a Covilhã é o 25.º Município do País com maior volume de pagamento de amortizações de empréstimos com um valor em 2018 de 6 milhões de euros, mais 1 milhão e meio de euros que em 2013. E, tem reduzido a despesa paga, em juros e outros encargos financeiros, relativamente ao Mandato de 2010 – 2013, em valores na ordem dos 2 milhões de euros. -----

É o 7.º Município do País com maior diminuição do passivo exigível. -----

Quanto ao investimento o Orçamento apresentado pela Câmara não deixa dúvidas. -----

Fiel à sua matriz ideológica o Presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira e a sua equipa apostam forte e certamente na educação, na saúde e na harmonização territorial do Concelho, através de um importante investimento nas estruturas viárias, de que é bom exemplo a intervenção na Estrada do Porsim. -----

É um Orçamento que mantém a aposta na recuperação da imagem da Covilhã como Centro Cultural e Associativo do Interior Centro de Portugal e como amiga do investimento empresarial, de que são exemplos as obras no Teatro Municipal e nos Centros de Inovação, já de todos conhecidos. -----

Assinalamos ainda, como ponto importante, a entrada da Covilhã na nova mobilidade verde com implementação das ciclovias. -----

Na verdade a Câmara Municipal da Covilhã hoje paga a tempo e horas, cumpre com as suas obrigações e liberta ainda fundos suficientes para alavancar os Fundos Europeus que estão disponíveis. Fazendo as obras estruturantes necessárias que preparam o Concelho para o futuro. -----

O Orçamento, cuja apreciação a Lei nos impõe, tem inscrito o montante total de 47 milhões de euros, dos quais mais de 40% se refere a despesas de capital. As receitas correntes são 33 milhões e as receitas de capital são de 14 milhões de euros, sendo 10 milhões de euros de fundos comunitários. -----

Como já disse estão em curso as obras no Teatro Municipal, no Centro de Inovação Cultural, no Centro de Inclusão Social e no Centro de Inovação e Empreendedorismo da Covilhã, todos eles fundamentais para o Concelho e para trazer um novo paradigma ao seu desenvolvimento. -----

De notar que só para a Educação há, neste Orçamento, uma transferência para a Câmara Municipal da Covilhã de mais de 5 milhões de euros. -----

Parafraseando o Senhor Presidente da Câmara, também nós na Bancada do PS não vendemos ilusões; também nós queremos e trabalhamos para conseguir o melhor para a nossa terra de forma equilibrada e sustentável. -----

Estamos absolutamente convencidos que este Orçamento cumpre o desiderato, promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável da nossa terra, para que as nossas gentes possam aqui viver melhor.

Não quero terminar sem deixar uma palavra sobre a, por alguns, repisada questão do excesso de pessoal da Câmara Municipal da Covilhã.

Senhoras e Senhores

Esses alguns, poucos, estudem, analisem, pesquisem e concluirão, como no anuário dos Municípios Portugueses, que o Município da Covilhã está entre os 35 Municípios do País que têm o menor peso dos pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais.

Por tudo isto, a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente este Orçamento e estas GOP.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara** informou: “Em primeiro lugar dizer que eu ficaria muito preocupado se visse aqui a Oposição a elogiar o Orçamento da Câmara. Era motivo de grande

apreensão e preocupação, mas as fortes e contundentes críticas que fazem ao Orçamento indiciam a sua insatisfação com o nosso sucesso, ou a antevisão do nosso sucesso. -----

E, desde logo, já foram salientados aqui aspetos positivos, mas começo por dar uma boa notícia em primeira mão – é que obtivemos do Tribunal de Contas, já em Outubro passado, o parecer favorável relativamente à operação de substituição de dívida. Isto significa, na prática, que deixámos de ter cá a *Tróica*, aquele plano de ajustamento financeiro que tínhamos que é o PAEL e foi graças também a isso que conseguimos, como adiante se verá, baixar o IMI. Isto é uma grande notícia para os Covilhanenses, porque nos permite ser mais ambiciosos sem deixar de ser realistas, moderadamente otimistas e consentâneos com a realidade com que vivemos, porque quando temos uma receita própria arrecadada em termos de previsão de 30,4 milhões de euros estamos a reportar-nos à média do passado. Nós não inventámos esta receita, como sabem há regras para determinar qual é a receita média, há uma fórmula matemática e é com base nela que o Orçamento tem que ser construído. -----

Receita proveniente dos Fundos Comunitários - temos que nos cingir aos projetos que temos em curso e àqueles que vamos lançar, daí termos lá 10,7 milhões de euros, para o próximo ano, mais 1 milhão relativo a empréstimos para a componente Nacional relativa a Fundos Comunitários. -----

Descansem, quem não leu bem o orçamento, porque está lá uma verba clarinha, que é aquela que se reporta à descentralização administrativa e estamos a falar de cerca de 5,1 milhões de euros. Isto tudo somado perfaz aquela verba que os Senhores acham que traduz pouca ambição. E a ambição é no ano de 2020 lançarmos projetos e ações no valor de 20 milhões de euros. ----
O Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Atividades Municipais, aliás eu inverti, estamos a falar de 20,6 milhões de euros para o Plurianual e 26 relativamente ao Plano de Atividades Municipais. E, aí estamos a falar noutros parâmetros, alguns dos quais tanto preocupam os Senhores Deputados, como em questões de educação, da cultura, do desporto, de eventos... aquelas coisas que criam a diferença, que fazem a diferença e que criam as condições de atratividade. -----

A melhor forma que nós temos de captar investimento é sermos pessoas de bem, neste momento podemos dizer que a Covilhã é pessoa de bem, porque temos as contas arrumadinhas, certinhas, não é por acaso que somos o 7.º Município de Portugal com menor peso de pagamento da despesa com o pessoal, em 308 Municípios que há em Portugal. -----

Para terminar, muito rapidamente, dizer que a rigidez orçamental foi ultrapassada com a reestruturação financeira da Câmara Municipal da Covilhã, com esta operação de dívida cujo visto foi concedido pelo Tribunal de Contas há pouco tempo. E, portanto, temos capacidade financeira para realizar investimento e não só e apenas para pagar dívida, como infelizmente acontecia até aqui. -----

As Juntas de Freguesia – o valor das despesas diminuiu, em resultado do facto de estarmos a pagar atempadamente os Protocolos em atraso. É que isso faz toda a diferença. O valor a transferir para as Freguesias varia se o investimento é realizado pela Câmara, ou através de protocolos de delegação. -----

O processo de regularização extraordinária dos precários foi concluído. Não existem contratos precários na Câmara Municipal da Covilhã, nem de *outsourcing*, nem contratos de emprego de inserção celebrados no âmbito do apoio do IEFP. -----

A tabela de taxas é atualizada e tem por base o Regulamento das Taxas, que foi aprovado. -----
Dizerem que a Barragem não está no orçamento, é demagogia. É demagogia, porque não tem que estar. Tem que estar na ICOVI. Se consultarem o orçamento da ICOVI verão lá verbas, não para construir a Barragem, porque ela não se constrói de um dia para o outro, mas para os planos, para os estudos, para os projetos e afins. -----

Este orçamento, é ambicioso e é adequado à realidade, tanto quanto cria condições para quem quiser vir viver para a Covilhã. Temos boas escolas, que reabilitámos; temos boa saúde, a hemodinâmica vai ser uma realidade, os estão concursos a decorrer; vamos melhorar as condições de mobilidade, melhorar estradas, agora que temos esta folga, vamos apostar nisto. E, como digo, este é um orçamento consentâneo, adequado ao momento que vivemos no nosso Concelho.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Orçamento para 2020, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, IND e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Ferro, Tortosendo, Peso e Vales do Rio, Aldeia de S. Franco de Assis, Sobral de S. Miguel e Verdelhos), 12 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP)***. -----

2.3 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6530 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***1.ª Revisão Orçamental da Receita*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, PCP, IND), 3 votos contra (CDS-PP) e 7 abstenções (PSD, DNCCP e PCP - Senhor Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael)***. -----

2.4 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO 2020 – HOMOLOGAÇÃO DA ACTA/RELATÓRIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6531 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.19)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Mais uma votação relativa à contratação de um empréstimo a curto prazo para 2020. -----

Procedimento que ao longo do exercício deste executivo municipal tem sido uma prática. -----

O que deveria ser uma exceção constitui assim uma prática corrente. -----

Ora a contratação dos empréstimos a curto prazo não se destina para fazer face a pagamento de fornecedores. Destina-se apenas a fazer face a despesas imprevistas e /ou extraordinárias. -

As despesas correntes têm a sua cabimentação num orçamento e o seu objeto deve estar assim assegurado. -----

Para quem tanto criticou os números diga-se controvertidos, do passivo que diz ter encontrado, não se entende esta estratégia. -----

Aliás, não há estratégia, porque a atividade municipal no nosso entender não se desenvolve de acordo com um plano previamente delineado. -----

Tem como base uma mera gestão corrente. -----

Assim e porque discordamos do motivo e razão de ser do empréstimo em causa, VOTAMOS CONTRA. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

De Novo Covilhã” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Relativamente a esta matéria, penso que é evidente que atento a justificação que é dada para a contratação do empréstimo, que se diz e cito: *ocorrer a dificuldades de Tesouraria*, andamos a perceber que ao longo dos últimos 6 anos de Mandato do Dr. Vítor Pereira esta dificuldade de Tesouraria é crónica. Sendo crónica tem que ser levada ao Orçamento, porque é estrutural. -----
Não é uma situação excepcional. Não é uma situação pontual. É estrutural. Portanto, devia estar prevista. E, obviamente andamos aqui a tentar tapar o sol com a peneira. -----
Mais uma vez, em termos de contas, o Senhor Presidente é extraordinário nesta fantástica maneira de dizer que somos os maiores, mas depois andamos aqui todos a reboque das mesmas coisas todos os anos. A fazer as mesmas coisas todos os anos. -----
Necessariamente isto tinha que ter, e por essa razão nós temos que votar contra, um tratamento diferenciado e não utilizar este mecanismo para fugir às contas e à fiscalização do Tribunal de Contas. Tinha que ter um tratamento diferenciado, nomeadamente em termos de previsões e reservas orçamentais. Até lá vamos continuar a remendar e pagar juros por este tipo de empréstimos como forma a contornar o verdadeiro endividamento da gestão Socialista. -----
Permita-me dizer-lhe que, de facto daquilo que eu conheço, neste tipo de empréstimos a abertura do procedimento é por convite. E, aquilo que ultimamente nós temos visto é que os convites não são respondidos. Desta vez alguns responderam mais, mas se calhar os Bancos começam a ver outras coisas para pagar e para receber. Mas muito bem. Só para dizer que não é por concurso.” -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS):** “A Bancada do PS aprova a contratação deste empréstimo sem qualquer querela. -----
Trata-se de um empréstimo de Tesouraria que surge e se estingue dentro do ciclo económico de curto prazo, não tendo qualquer relevância, como todos sabem, no endividamento. -----
Todos sabemos que as transferências financeiras do Estado são irregulares (são, digamos assim, *ad hoc*), não têm uma periodicidade previsível, quer a questão das transferências diretas do FEF, quer a questão da recolha e de entrega de impostos. E esta realidade não permite, por natureza, que qualquer Câmara Municipal faça a sua gestão estratégica relativamente à atividade camarária, de prestação de serviços e de intervenção na Comunidade. -----
Esta maneira que a Oposição tem de ver esta problemática reduz a Câmara Municipal a um mero intermediário, ou seja a Câmara só age, só atua, na medida em que tem a disponibilidade, em que recebe do Estado, em que recebe os impostos que são recolhidos em seu nome. Esta é uma visão absolutamente retrograda e maniqueísta da gestão autárquica que define muito bem o que é a visão dalguma oposição no Concelho da Covilhã. -----
Ora, para o PS e estamos certos que para o Executivo Camarário, a Câmara deve ter um papel ativo na Comunidade, deve pagar nos prazos acordados, deve apoiar no momento certo, deve acudir quando necessário. É importante isto e faz a diferença, esta é que é a realidade. -----
Nós sabemos que há aqui muitos especialistas em finanças públicas e para isto é imprescindível ter disponibilidade financeira, porque a Câmara Municipal não é uma empresa. -----

A Câmara Municipal recolhe para redistribuir e recolhe na medida em que tem que redistribuir. E quando a recolha através de impostos não é suficiente, vai ao mercado do financiamento. Mas é só isto que faz uma Câmara e todas as Câmaras Municipais, recolhem para redistribuir. -----
Isto faz-se de forma estratégica. -----

Aliás, nós vimos aqui a informação escrita do Presidente e nela estão lá uma série de protocolos, vários protocolos exigidos, inclusivamente, pela própria oposição e o cumprimento desses protocolos só se faz havendo disponibilidade financeira e não em função do ritmo de transferências financeiras do Estado para as Câmaras Municipais. -----

E esta é que é, do meu ponto de vista e do PS, a razão de ser destes empréstimos, ter a Câmara Municipal disponibilidade para responder em tempo útil. -----

Meus Caros Senhores e Senhoras -----

Quem não entende isto, verdadeiramente não entende nada.” -----

- **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) (doc.20):** “A contratação de um empréstimo a curto prazo no valor de 1,5 milhões de euros tem sido uma prática reiterada deste executivo. -----

Este empréstimo a curto prazo não **merece ser aprovado** quando se ouvem as justificações para a sua contratualização. -----

Dizerem que este é um instrumento “normal” e “habitual” para pagar a tempo e horas não pode ser aceite como um argumento válido. -----

O Presidente da Câmara assina um documento em que diz **“que este montante destina-se a financiamento de necessidades pontuais de tesouraria”**. -----

Portanto, este empréstimo não pode ser aprovado pela falta de fiabilidade entre a justificação que se contrata e a justificação que é dada aos covilhanenses. -----

Dizer-se que este empréstimo a curto prazo serve para segurar o prazo-médio-pagamento aos fornecedores não é uma justificação plausível. -----

Dizerem que é para manter prazos de pagamentos a 9 dias quando se sabe que o prazo médio de pagamento praticado anda à volta dos 400 dias, também temos aqui motivo para não aprovar este empréstimo. -----

O prazo médio de pagamentos poderá ultrapassar os 400 dias porque esta câmara está a ensaiar um modelo em que um vereador compra e outro vereador é que paga. -----

Se este modelo não funcionar em pleno corre-se o risco de uma derrapagem nos prazos de pagamento. Vamos ver se o sistema de compra e pagamento está afinado na Câmara da Covilhã. Reforço que um empréstimo desta natureza não serve para manter prazos médios de pagamento. -----

Dizerem que este é um procedimento habitual em todas as câmaras também não corresponde à verdade. -----

A Covilhã não tem esse histórico. -----

Desde 2013 até agora este executivo contratou em empréstimos a curto prazo 5,5 milhões e meio de euros. -----

Se compararmos com igual período mas antes de 2013 o valor de empréstimos a curto prazo foi de 2,9 milhões de euros. -----

Portanto, estamos perante empréstimos a curto prazo para políticas a curto prazo. -----
Não posso também deixar de dizer que confirmo que este empréstimo não conta para a **“dívida do município”**. -----

De facto não conta para a dívida do município mas os juros têm de ser pagos. -----
Este executivo diz e repete que reduz a dívida mas curiosamente os encargos com juros não param de aumentar todos os anos. -----

Talvez esteja aqui uma das razões para o elevado montante pago em juros desde que este executivo chegou à câmara. -----

Para terminar, dou este exemplo: -----

De 2017 para 2018 os juros e outros encargos financeiros subiram 33%, o que em montantes representa, passar de **546 mil euros** para **726 mil euros** pagos só em juros. -----

A política de curto prazo tem custos acrescidos com o peso dos juros. -----

Finalizamos, dizendo que quando um empréstimo a curto prazo vier a esta Assembleia para ser votado, coloquem ao lado um mapa com os montantes a transferir para as freguesias do concelho. -----

Nessa ocasião o nosso sentido de voto pode ser alterado. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Marco Aurélio” -----

--- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para prestar esclarecimentos e “Refutar algumas barbaridades, designadamente estas últimas que ouvi. -----

Em 1.º lugar - Começo por dizer, para quem agita o fantasma dos juros, que este empréstimo custa de juros 3mil e 25 euros se o utilizarmos, porque se não o utilizarmos não pagamos. -----

E, nós não estamos a empurrar dívidas para o futuro. -----

Quando há desequilíbrios estruturais, aí sim, recorre-se a empréstimos a médio e longo prazo que vêm onerar as gerações futuras, nós não! -----

E mais, o que é importante realçar aqui, é que este empréstimo, por ele responde o meu património pessoal e o dos Senhores Vereadores e tem que ser pago no próprio ano, não pode passar para o ano seguinte. -----

Portanto, é usado parcimoniosamente e apenas se for necessário. -----

Quanto ao convite/concurso, obviamente, foi a primeira vez que houve cinco ofertas de taxa de juro, desde 2014. É a primeira vez que vieram cinco Bancos. -----

Sabem que a proposta mais alta era 0.78, se não estou em erro? A mais baixa, que foi a da contratualização, é 0.2. -----

Sabem que a média há época, em 2014, era de 1.25? -----

É graças à nossa credibilidade, à credibilidade que conferimos à gestão camarária, às contas certas, que agora temos este *rating*. E o *rating* é virem cá os Bancos oferecer dinheiro. E, portanto, o que nós queremos é cumprir os prazos. -----

Quanto aos 400 dias, é outra alarvidade intelectual e eu desafio-o a demonstrar isso, porque se for à DGAL diz 9 dias e não somos nós que o dizemos, é a DGAL. -----

Isto é para fazer face a picos de receita, como sabem nós recebemos em Junho, Outubro e Dezembro o IMT. -----

Mais, os Senhores querem que se façam obras, algumas delas são comparticipadas por Fundos Comunitários, se tivermos uma dificuldade de Tesouraria, temos onde ir. -----

Nas transferências que vêm dos Fundos Comunitários, se houver um hiato temos onde ir ver do dinheiro. Portanto é má-fé, é bota abaixismo dizer que isto não é uma boa medida de gestão ou que não é necessário. -----

Quando chegámos à Câmara, como sabem, eram 298% o nosso *rating* no endividamento, hoje é de 125, pagávamos a 90 dias hoje pagamos a 9. Isto diz tudo. É chato, para a Oposição termos estes êxitos. Eu sei, mas os êxitos não são nossos, são para os Covilhanenses, porque é para os Covilhanenses que estamos a trabalhar-----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano 2020 – Homologação da Acta/Relatório*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, PCP, IND, Senhor Fausto Herculano Branco Baptista-DNCCP e os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias: Ferro, Tortosendo, Peso e Vales do Rio, Aldeia de S. Franco de Assis, Sobral de S. Miguel e Verdelhos), 6 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PSD)***. -----

Foi feita Declaração de Voto

- **Senhor Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)**: “Tendo sido eu Autarca de Freguesia e sabendo que estes empréstimos são para fazer face ao cumprimento, principalmente, das transferências para as Freguesias, o meu sentido de voto favorável foi nesse sentido.” -----

2.5 – NOMEAÇÃO DE JÚRI PARA PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 13.º, da Lei 49/2012, de 28 de agosto, que aplica à Administração Local o Estatuto de Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, através do ofício n.º 6526 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Nomeação de Júri para Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos Dirigentes*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, PCP, IND e os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias: Ferro, Tortosendo, Peso e Vales do Rio, Aldeia de S. Franco de Assis, Sobral de S. Miguel e Verdelhos) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)***. -----

2.6 – FIXAÇÃO DE IMI PARA O ANO DE 2020

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6507 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Baptista Fael (PCP) (doc.21):** “1. Em 22 de Dezembro de 2017, a maioria PS, com o nosso voto contra, agravou a taxa de IMI para 2018, que passou de 0,35 para 0,38 nos prédios urbanos – um aumento percentual de 8,57%! -----

2. Esse aumento, a par do período de isenção de 10 anos que havia sido concedido a muitas habitações, como também o aumento da especulação imobiliária no nosso Concelho, que alguns acham que é sinal de progresso, significou um aumento de receita de 717 mil euros!, colocando a Covilhã no “TOP 25 do País”, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2018. -----

3. Hoje, a Câmara propõe uma descida da taxa do imposto de 0,38 para 0,37, uma descida de 2,6%, a que acrescem os descontos para famílias com filhos, o que segundo a autarquia, significará uma redução de receita entre os 150 e os 200 mil euros. Afirma ainda a Câmara que o objectivo é reduzir à centésima o valor do imposto nos próximos 3 anos, até que este atinja os 0,35 por cento. -----

4. Dito isto, **a conclusão** é que tirar é mais fácil que devolver e que subir é mais fácil do que descer, falo de impostos claro. Ou seja, a Câmara num ano arrecadou 700 mil e se tudo correr bem, vai devolver em 3 anos à volta de 600 mil... -----

5. Outra é que será maior o efeito na capa do jornal como notícia, do que nos bolsos dos municípios do concelho, pois isto fica muito aquém do que seria necessário e possível, e é isso que defendemos, num quadro em que se regista o aumento do valor patrimonial dos imóveis e o seu valor mais elevado face a outros concelhos da nossa região, bem como das taxas de imposto: Belmonte pratica 0,30, Castelo Branco, 0,30...Fundão escapa, praticando 0,38... -----

6. Por outro lado, é sabido que não acompanhamos a aplicação do chamado IMI familiar, uma redução do IMI a aplicar a agregados familiares proprietários dos imóveis em que habitam em permanência e que tenham dependentes a cargo, por se tratar de uma decisão que promove a iniquidade fiscal das famílias perante o fisco, ao não prever compensação de semelhante sentido para famílias com filhos que sejam arrendatárias e não proprietárias. -----

7. Não escamoteando as imposições e os constrangimentos financeiros com a que a autarquia se depara, bem como a importância que esta receita assume para a actividade municipal, o PCP considera profundamente insuficiente e injusta esta proposta e por isso vota contra. -----

8. O PCP reafirma que prosseguirá com determinação a sua acção no sentido de promover a melhoria das condições de vida das famílias do Concelho. -----
Os Eleitos do PCP” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) (doc.22):** “Taxa do IMI para 2020. A fixação da taxa do IMI pode ser um dos instrumentos inseridos numa política coordenada e pensada, destinada a incentivar pessoas a residir no concelho da Covilhã -----
Verifica-se uma ligeira diminuição na taxa do IMI para os prédios urbanos. -----
Verifica-se que em determinados casos há uma isenção do pagamento da taxa de IMI. -----
Saúda-se tal isenção. -----
Contudo, entendemos que podia-mos e devia-mos ir mais longe quer em termos do estabelecimento de uma taxa menor, quer em termos de beneficiar pessoas com situação económica precária, bem como os jovens. -----
O Concelho da Covilhã necessita de mais iniciativas. Os incentivos são insuficientes. -----
Por isso vamo-nos ABSTER.” -----

- **Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS)** referiu que o Partido Socialista irá votar favoravelmente este ponto, porque existe uma diminuição na taxa do IMI “que irá impactar diretamente naquilo que é o IRS dos agregados familiares, com dependentes a cargo.” -----
Consideram que a taxa elevada ao triplo, no caso dos prédios devolutos ou em ruínas, poderá ser um incentivo à requalificação e à utilização dos meios existentes, nomeadamente a ARU. ---

- **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD) (doc.23):** “Sobre a fixação da taxa de IMI para 2020 temos de recuperar o relatório da auditoria da **Inspeção Geral de Finanças** sobre o cumprimento das obrigações e objectivos do Município da Covilhã ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

Recordo que a adesão do Município da Covilhã ao PAEL aconteceu em 2012 tendo obtido um empréstimo de 2,8 milhões de euros (2 815 020,00) com uma maturidade de 14 anos. -----
Em qualquer situação em que ocorre um empréstimo existem obrigações a que ficamos vinculados por via da obtenção desse empréstimo. -----

Sobre essas obrigações a Inspeção Geral de Finanças escreve que houve uma **“violação, em 2015 das obrigações a que o Município se vinculou com a adesão ao PAEL”**. -----

A razia às obrigações contratuais por parte do município da Covilhã são também assinaladas de forma crítica por este organismo de inspeção ao escrever que houve “Incumprimento, em 2016, da obrigação de fixação da taxa máxima de IMI dos prédios urbanos, situação que é susceptível de implicar a cessação do contrato do PAEL” -----

Este é o retrato de como os socialistas gerem a autarquia da Covilhã desde 2013: **desleixo e irresponsabilidade**. -----

Tal como tínhamos previsto, o executivo socialista, disse que não subiu o IMI para a taxa máxima, em 2016, a pensar nos covilhanenses. Foi o que aqui disse na reunião da Assembleia Municipal de 20 de setembro. -----

Mas não se pode dizer uma coisa em 2019 e sobre o mesmo assunto dizer outra coisa diferente em 2015. -----

Na imprensa encontrei estas declarações: **“a decisão de manter os valores das taxas do IMI (em 2016) só foi possível graças ao caminho de contenção financeira que tem sido seguido e que evitou um saneamento financeiro que implicaria a obrigatoriedade de aplicação de taxas máximas”**. -----

A obrigatoriedade de aplicar taxas máximas não dependia de nada do que V. Exas diziam mas apenas e só de cumprir o que estava no contrato do PAEL. -----

As decisões tomadas potenciaram a cessação contratual do PAEL por **“incumprimento”**. -----

A Inspeção-Geral de Finanças esclarece no relatório que a **“responsabilidade da prática dos factos descritos é imputável ao Presidente da Câmara Municipal, que ao longo de 2015, detinha o pelouro financeiro”**. -----

Este relatório da Inspeção Geral de Finanças esteve escondido desde dezembro de 2017. Percebe-se agora porquê. -----

O risco de cessação contratual do PAEL e a sanção de perda de mandato a aplicar ao Presidente da Câmara Municipal foram os verdadeiros motivos que levaram a esconder este relatório durante 21 meses. -----

Já este ano, o executivo socialista, contratou um novo empréstimo para liquidar o valor em dívida do empréstimo do PAEL. -----

Vejam a justificação dada por um representante socialista na AMC para liquidar esse empréstimo: ***“Desta forma ficamos livres deste garrote que representa este instrumento financeiro que tanto nos asfixiou e que permitirá uma maior liberdade nas opções que o executivo pretenda tomar doravante”***. Tiago Silva – 07.07.2019 – RCB. -----

Em boa verdade percebe-se agora que o “garrote financeiro” estava à volta do pescoço do Presidente da Câmara da Covilhã que estava a “asfixiar” pela possibilidade de perda de mandato. -----

O que os covilhanenses ficam a saber é que hoje pagam um empréstimo de longo prazo com pagamento de juros por causa da incompetência para gerir o pelouro das finanças do município! Terminei dizendo o seguinte: ***Se são os covilhanenses a pagar com juros um empréstimo para que o Presidente da Câmara Municipal não fique sujeito a eventuais sanções, este executivo fica obrigado, a fixar o valor mínimo da taxas de IMI e Derrama no orçamento de 2021.*** -----

Será a forma justa de compensar os covilhanenses do que pagam ao banco para esconder a incompetência na gestão financeira do município da Covilhã. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Fixação do IMI para o ano de 2020 - Prédios Rústicos - 0,80%; Prédios Urbanos - 0,37%; Prédios Urbanos devolutos há mais de um ano e Prédios em Ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em Diploma próprio – elevada ao triplo; Prédios Urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas; Ao abrigo do disposto no n.º 8, do art.º 112 do CIMI, que a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, seja majorada em 30%; Ao abrigo do disposto no n.º 9, do art.º 112 do CIMI, majorar ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido; Redução Fixa, ao abrigo do disposto do artigo 112.º-A do CIMI, nos seguintes termos: 1 Dependente a Cargo - 20€; 2 Dependentes a Cargo - 40€; 3 ou mais Dependentes a Cargo - 70€*** - foi a mesma ***aprovada por maioria, com 22 votos a favor (PS, IND e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Tortosendo, Peso e Vales do Rio, Aldeia de S. Franco de Assis, Sobral de S. Miguel e Verdelhos), 3 votos contra (PCP) e 9 abstenções (DNCCP, CDS-PP, PSD e Presidente de Junta de Freguesia do Ferro).*** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- **Senhor Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS-PP abstêm-se neste ponto, não podendo deixar de referir que, efetivamente se estava à espera de mais. Reconhecendo que baixou uma centésima e a abstenção é nesse sentido. Sendo certo que, obviamente seria de esperar mais.” -----

- **Senhor Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)** o mesmo teor da intervenção. -----

2.7 – FIXAÇÃO DA DERRAMA DO ANO 2019

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6510 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP) (doc.24):** “O PCP sempre concordou com a aplicação desta taxa e sempre entendeu que este é um instrumento de fiscalidade local que deve ser assumido como um instrumento de suporte a uma política local de promoção da base económica dirigida, particularmente, ao apoio e fomento das suas micro e pequenas empresas.- É nesta perspectiva que temos defendido nomeadamente a isenção aos micro e pequenos empresários que apresentem um volume de negócios inferior aos 150 mil euros, pois este é o limiar das pequenas empresas familiares que permite praticamente garantir o salário de uma só pessoa, devendo tais empresas ser isentadas de sujeição à Derrama e não, como mais uma vez é feito, aplicar-lhes 0,10%. -----

Assim, continuamos a defender a isenção de Derrama para empresas com volume de negócios até 150.000€, mantendo o valor de 1,3% para as empresas com valor de facturação superior. Os Eleitos do PCP”; -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.25)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Vamos votar contra a proposta da fixação da derrama para 2019. -----

Reiteramos a posição aqui manifestada no ano anterior. -----

Numa época em que há necessidade de apoiar as empresas instaladas no nosso concelho, tendo em vista salvaguardar os postos de trabalho que criaram e criam a riqueza que proporcionaram e proporcionam. -----

Numa época em que o concelho da Covilhã possui empresas com dimensão europeia e que são vítimas da concorrência de empresas congéneres, nomeadamente do Norte de África e Ásia e enfrentam as novas barreiras alfandegárias impostas pelos EUA. -----

Entendemos que a DERRAMA constitui mais um entrave não só à instalação de novas empresas no nosso concelho, bem como à atividade desenvolvida pelas empresas existentes. -----

Assim VOTAMOS CONTRA -----

O Grupo Parlamentar -----

De Novo Covilhã” -----

- **Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS)**: “Nós, neste ponto, votaremos favoravelmente. Quero salientar e enaltecer a fixação da taxa da DERRAMA em baixa, nos simbólicos 0,10%, para empresas com um volume de negócios abaixo dos 150 mil euros. Pois, consideramos que isto será, de uma forma simbólica, uma forma de fomentar a economia local e o investimento na nossa Região.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou: “Gostava de isentar, mas a verdade é que não é possível neste momento. -----

Devo dizer, em abono da verdade, que a DERRAMA representa cerca de 2% da receita. -----

Porém, como já houve isenções em anos anteriores, agora há aqui um período intermédio, di-lo a Lei das Finanças Locais, durante o qual não podemos aplicar esta isenção. -----

Logo que possível voltaremos a isentar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do valor da Derrama do ano 2019 em 1,30% e para os sujeitos Passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 em 0,10%** foi a mesma **aprovada por maioria, com 19 votos a favor (PS, IND e os Presidentes de Juntas de Freguesias de Sobral de São Miguel, Tortosendo e Verdelhos), 5 votos contra (DNCCP, PSD) e 8 abstenções (CDS-PP, PCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias de Ferro e de Peso e Vales do Rio).** -----

Foi feita Declaração de Voto:

- Senhor **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP)** o mesmo teor da intervenção. -----

2.8 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS AOS RENDIMENTOS AUFERIDOS EM 2020

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6514 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores:

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(doc.26)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
Exmos. Deputados Municipais. -----
Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Vamos votar contra relativamente à opção tomada pelo atual executivo Camarário relativamente à participação variável do IRS aos rendimentos auferidos em 2020. -----

Reiteramos que em vez de penalizar é necessário incentivar. -----

Em vez de cobrar é necessário aferir. -----

Em vez de afastar é necessário chamar. -----

Chamar as pessoas a residirem no nosso Concelho. -----

Chamar os jovens a viverem no nosso Concelho. -----

Perdemos mais uma oportunidade de dar uma indicação clara que no Município da Covilhã há incentivos para viver. -----

Perdemos oportunidade para junto do poder central reclamar medidas concretas para o nosso concelho. -----

Perdemos... -----

Não nos identificamos com a política deste executivo... -----

Por isso iremos VOTAMOS CONTRA -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

De Novo Covilhã” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Nesta matéria dizer, bem-vindos à dura realidade. Parece aqui a panaceia, somos excelentes em contas, temos uma recuperação extraordinária e, na prática, naquilo que se sente, naquilo que se devia fazer e naquilo que se devia dar às pessoas, estamos cá no máximo a cobrar o máximo. -----
Portanto, tudo aquilo que é dito, nesta parte, é que as pessoas têm que pagar e têm que pagar o máximo, porque as finanças da Câmara não suportam de outra maneira. -----
Não se venha dizer, aquilo que já se disse, que afinal de contas isto é uma política até de justiça social e de justiça fiscal, porque na prática aquilo que estamos a dizer é que só paga quem efetivamente tem rendimentos. E, a maior parte das pessoas não paga e não pagando não estamos isentas. -----
As pessoas que supostamente queremos que venham para cá, que são pessoas com poder de compra, são pessoas com rendimentos, que vêm cá fazer grandes investimentos e que têm os seus rendimentos próprios e nomeadamente emprego de qualidade que é pago e bem pago e que paga IRS, aqui tem que pagar o máximo de IRS. -----
Bem-vindos à realidade, esta é a realidade Socialista venham, está tudo cor-de-rosa, mas pagamos os impostos no máximo. -----
Por tudo isto é que votamos contra.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Participação Variável no IRS aos Rendimentos Auferidos em 2020 – 5%** foi a mesma **aprovada por maioria, com 21 votos a favor (PS, PCP, IND e Presidentes de Junta de Freguesia: Sobral de São Miguel e Verdelhos), 8 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PSD) e 3 abstenções (Presidentes de Junta e União de Freguesias: Ferro, Peso - Vales do Rio e Tortosendo).**-----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Nós votámos favoravelmente, até por uma questão de princípio. Sempre discordámos que a Administração Central deixasse nas mãos da Administração Local esta forma de financiamento e nós pensamos que, a Administração Central deve cumprir com a Lei das Finanças Locais e transferir para as Câmaras Municipais. -----
Deve, em sede de IRS, cobrar aquilo que de forma progressiva, IRS progressivo - quem ganha mais há-de pagar mais e a distribuição do bolo nacional, deve ser feita pela Administração Central, de forma equilibrada, com critérios, às Câmaras Municipais, de acordo com o Fundo de Coesão, o Fundo Social Municipal, etc. -----
Portanto, discordamos desta prática imposta às Autarquias ou esta possibilidade que as Autarquias têm. Até porque nós sabemos que a maioria da População com salários baixos (característica da nossa Região, com salários abaixo da média Nacional) são milhares os trabalhadores que não pagam sequer IRS, portanto, não iriam beneficiar desta devolução. -----
Mas pensamos que a Câmara Municipal, ficando com este valor, com a totalidade do valor, pode e deve ter políticas redistributivas e de apoio social, nomeadamente na baixa das tarifas e das taxas que há pouco falámos na aprovação do Plano de Atividades.” -----

- Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Votámos favoravelmente por dois motivos, grosso modo. Concordamos com a medida proposta pelo Executivo Municipal. É uma medida que vem de acordo àquilo que foi o Orçamento aprovado e apresentado anteriormente, mas também porque representa uma fonte de financiamento para a Autarquia. -----
 E vim, sobretudo, fazer esta declaração de voto para desmontar a demagogia da Direita, que consiste no seguinte: Vêm aqui dizer que não fazemos obra, é preciso mais obra, têm que baixar impostos e têm que ter as contas saneadas! -----
 Oh meus Caros Amigos, eu não sei como é que se consegue fazer isso!? Mas vocês... é impossível fazê-lo! E, portanto, os Senhores não podem vir aqui dizer que não se faz obra, que as contas não estão estabilizadas. Não é compatível, as coisas não são compatíveis! -----
 E, portanto, votem contra, têm toda a legitimidade para isso, mas digam quais são os motivos. Não concordamos com isto! -----
 Eu, pessoalmente, também não concordo com esta medida de atribuir às Câmaras Municipais a possibilidade de baixar o IRS. Não acho que tenham que ser as Câmaras Municipais. Acho que tem que ser o Estado Central a assumi-lo. Aliás, até entendo que deve haver um IRS mais baixo para os habitantes do Interior, mas é o Estado! Mas assumimo-lo com franqueza. -----
 Agora a Direita vir aqui dizer: bom, por um lado vocês têm as contas desgraçadas (já percebemos depois do anuário dos Municípios que é falso); vocês têm uma má gestão; vocês não cobram impostos; vocês não fazem obra, ou têm que fazer mais obra, têm que mudar o amianto, têm que mudar as estradas, têm que mudar os passeios. Mas depois, também, não podem cobrar receita, também, não têm financiamento. -----
 Meus Caros não é possível fazer as duas coisas em simultâneo, como calculam. -----
 Dêem o exemplo de alguma Câmara vossa que consiga fazer obra sem cobrar receita.” -----

2.9 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de outubro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5743 de 2019.10.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Barco e Coutada*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)***.-----

2.10 -CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A JUNTA DE FREGUESIA DE S. JORGE DA BEIRA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de outubro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5745 de 2019.10.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)***.-----

2.11 – PROCESSO N.º 25/00 – GRUPO DESPORTIVO DA MATA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de outubro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6121 de 2019.10.31 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Processo n.º 25/00 – Grupo Desportivo da Mata – Reconhecimento de Interesse Público Municipal ou Interesse Económico*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PSD, PCP e IND) e 3 abstenções (CDS-PP)***.-----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS): (doc.27)** “Vem o Município da Covilhã propor a esta Assembleia que seja declarado de Interesse Público Municipal a concretização da obra de remodelação e ampliação do edifício destinado à sede do Grupo Desportivo da Mata e Pavilhão

Gimnodesportivo, cujo pedido de licenciamento se encontra em apreciação na Divisão de Urbanismo da CMC. -----

Este pedido decorre da intenção de, por fim, poder ser concretizado uma antiga aspiração do Grupo Desportivo da Mata, que por motivos que certamente muitos conhecerão, não teve até hoje o fim ansiado por esta prestigiada coletividade. -----

Assim, tendo em conta os argumentos e toda a informação técnica que nos foi facultada pelo executivo e pela Divisão de Urbanismo da CMC, a bancada do Partido Socialista toma a posição de a votar favoravelmente, por estar consciente da importância da decisão para o futuro desportivo desta coletividade, mas também da cidade.” -----

2.12 – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DO TROÇO DO CAMINHO PÚBLICO DE LIGAÇÃO ENTRE A ESTRADA NACIONAL EN339 E O "ALTO DOS LIVROS"

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de outubro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5748 de 2019.10.16 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP): (doc.28)** “Sobre este ponto cumpre-nos informar que iremos votar favoravelmente bem como outros processos e projetos que visem o desenvolvimento do concelho e do interior beirão. -----

Felicitemos os Cortenses pelo facto e ficamos na expectativa de um projeto de excelência assim como da aprovação do seu financiamento pelos fundos comunitários. -----

Lembramos que a Varanda dos Pastores, localizada na divisão dos limites das Freguesias de Unhais da Serra e Cortes do Meio, o Fragal de Santo Aleixo e o Alto da Muralha, localizados na freguesia de Unhais da Serra são, também, locais com grande potencial para construção de Miradouros, logo, a reclamar um tratamento idêntico ao Alto dos Livros para que, em termos turísticos, se possa criar um efeito sinérgico. -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Permita-me que lhe recorde o compromisso que assumiu perante os Cortenses de, ainda, durante este mandato, asfaltar a ligação do Sanatório até Cortes do Meio. Com a requalificação do “caminho” agora em apreço, que esperamos seja rápida e para breve e com mais um

pequeno esforço cumprirá, então, a dita promessa, facto com a qual muito nos congratularemos. -----

No mesmo âmbito, lembramos que, mesmo ali ao lado, no Vale da Alforfa, está uma estrada que liga Unhais da Serra à Nave de Santo António cuja construção se iniciou em 1940 e, ainda, hoje aguarda pela sua conclusão, nomeadamente no troço junto ao Canal, numa extensão, aproximada, de 1800 metros. -----

Acerca deste processo, levo ao vosso conhecimento que num passado não muito longínquo, foi proposto à Freguesia de Unhais asfaltar aquele troço de estrada tal como está colocando semáforos, barreiras de proteção e pontos de cruzamento de viaturas, o que foi, liminarmente, recusado. -----

Hoje, o interlocutor de então faria exatamente o mesmo, pois continua a olhar a segurança das pessoas como um bem sem preço. -----

Continuamos a pensar e a defender que Unhais da Serra tem o direito de ser tratado com a mesma dignidade de todas as outras freguesias, logo com direito a uma estrada digna desse desiderato. -----

À semelhança do trajeto da Central até à Camara de Descarga onde a água é conduzida por um tubo com diâmetro adequado, também ao longo do canal igual procedimento poderá ser adotado, libertando espaço e permitindo que a estrada fique com a mesma largura em todo o seu trajeto. Deste modo, teremos mais uma estrada segura para aceder ao maciço central onde poderão, inclusive, circular autocarros. -----

Custa-nos a acreditar que o bom senso e a coerência de vossas excelências não prevaleça e continuem a olhar para o problema pelo lado da dificuldade em detrimento do lado da oportunidade. -----

Senhor Presidente, mesmo que seja para ganhar votos a conclusão da estrada aguarda a sua decisão. Impõe-se que o faça. -----

E continuando a falar em dificuldades lembramos, mais uma vez, que também a Estrada Municipal 513 entre Vales do Rio e Peso continua à espera de uma oportunidade. -----
Disse” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS): (doc.29)** “Vem o Município da Covilhã propor a esta Assembleia que seja declarado de Interesse Municipal o Projeto de Requalificação do Troço do Caminho Público de Ligação entre a Estrada Nacional EN339 e o “Alto dos Livros”. Esta Proposta decorre da necessidade de se ultrapassar uma série de requisitos por parte de várias entidades, tendo em conta o espaço geográfico em que se encontra inserido, a Reserva Ecológica Nacional. Esta proposta de requalificação está diretamente relacionada com o objetivo de potenciar o acesso e as condições de visitaçao do nosso Património Natural na serra da Estrela, no caso a formação geológica conhecida por “Alto dos Livros”, onde se pretende implementar um dos miradouros que a Câmara Municipal da Covilhã pretende colocar ao dispor dos nossos visitantes e turistas, indo ao encontro dos compromissos assumidos por Portugal, em matéria de património natural e cultural, através do aumento do número de visitantes e no posicionamento da Covilhã como destino turístico de excelência. -----

Assim, reconhecendo o progresso e o empreendedorismo que este Executivo Municipal tem procurado assumir no papel de impulsionador de projetos suscetíveis de conduzirem o Concelho para níveis superiores de modernização e de satisfação dos anseios das populações e, por forma, a elevar a atratividade de um território com excelentes potencialidades, tendo ainda em conta toda a informação que nos foi facultada pelo executivo, a Bancada do Partido Socialista vota esta proposta favoravelmente.” -----

Solicitou que a intervenção fosse considerada, também, como Declaração de Voto. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Declaração de Interesse Municipal do Projeto de Requalificação do Troço do Caminho Público de Ligação entre a Estrada Nacional EN339 e o "Alto dos Livros"*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

2.13 – DELIMITAÇÃO DA ARU – CENTRO URBANO DE VILA DO CARVALHO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de setembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5150 de 2019.09.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Delimitação da ARU – Centro Urbano de Vila do Carvalho*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 23 votos a favor (PS, PCP e IND) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)***.-----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: “Nós não temos nada contra a ARU na Vila do Carvalho, pelo contrário, uma Localidade que necessita de um estudo e de fazer a sua requalificação urbana. Mas entendemos que isto, também, deve ser estendido a outras Localidades do Concelho da Covilhã a necessitar do mesmo tratamento urbanístico e ou jurídico. Daí a razão de ser da nossa abstenção.” -----

**2.14 – RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COVILHÃ –
REOT COVILHÃ 2019 – VERSÃO FINAL - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS
RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de novembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 189.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), conjugado com o disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º e na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6521 de 2019.11.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor **Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael (PCP) (doc.30)**: “Não deixa de ser sintomático que o REOT comece e termine salientando a ausência de participação da população, dos actores locais, na linguagem utilizada, na concepção e implementação dos instrumentos de política territorial e nos respetivos exercícios de avaliação.

Convocando certamente muitas razões e complexas, esta falta de participação, é igualmente indissociável da forma como o poder político tem estimulado ou não, a opinião das pessoas, como tem respeitado ou não, o contributo das pessoas individuais e colectivas. -----

O resultado fala por si... -----

O que se espera é que a autarquia não se conforme e tome medidas que combatam o desligamento e a descrença que se vai observando. Uma vez que no próximo ano a cidade comemora 150 anos aproveite-se essa oportunidade com abertura e transparência. -----

O REOT faz um importante levantamento, ainda que dificultado como é assumido, pela falta de informação e por, cito, «problemas organizacionais inerentes à própria autarquia». -----

No âmbito dos vários instrumentos de gestão territorial as palavras mais comuns são revisão, ultrapassado o prazo, caducidade, reinício, o que espelha bem as dificuldades que têm marcado todos estes processos. -----

Recordo quando contidamente, registávamos a vinda à Assembleia de instrumentos de gestão territorial. E dizíamos em 2003, contidamente porque a existência de Planos nem sempre era garantia do seu cumprimento. E indignávamo-nos quando nos era pedido que em menos de oito dias analisássemos documentos fundamentais para o planeamento e ordenamento do território. Mais a mais quando nem sequer tínhamos direito a um exemplar dos documentos, impossibilitando decisiva e efectivamente a sua análise e discussão. -----

E alertávamos, dizendo: estimular a participação, tornar acessível a linguagem quantas vezes hermética e impenetrável dos planos e dos regulamentos é um desafio inadiável para aproximar políticos, técnicos e cidadãos. -----

E perguntávamos: que participação tiveram os autarcas das freguesias? -----

Tempos idos, ou talvez não! -----

Adiante. -----

Como em tempos aqui afirmámos, o concelho só terá vantagens se estimular uma identidade urbanística, económica, cultural e de fortalecimento dos laços sociais sob pena de se dizer "eu moro, não vivo ". Isto implica saber como vivem as populações, o trabalho e a sua qualidade, ou a sua falta, a habitação, ou a falta dela, os rendimentos, ou a falta deles, a educação, a saúde, a cultura, ou a falta delas, as suas aspirações, ou a falta delas, os seus tempos livres, ou a falta deles, as suas actividades, ou a falta delas, a sua segurança, ou a falta dela, os equipamentos disponíveis, ou a falta deles, e implica saber como intervir numa perspectiva transformadora -- O REOT caracteriza alguns destes aspectos mas na nossa opinião devia ter ido mais longe seja na caracterização, seja nas propostas/recomendações. -----

Como se percebe, o Concelho enfrenta problemas e desafios importantes e cito: macrocefalia urbanística, «assinalável desequilíbrio territorial» despovoamento do restante território com consequências nefastas ao nível da sua desqualificação e degradação do edificado que continuam abandonados; declínio demográfico (de 51.797 residentes em 2011, para 48.184 em 2016), envelhecimento, com os problemas associados a essa condição atrasos/adiamentos de investimentos importantes que condicionaram e limitam o nosso desenvolvimento; reforço e dinamização da estrutura económica, entre outros. -----

No concreto, o REOT chama a atenção para o bairro das Machedes, abandonado à sua sorte. Na falta de equipamentos colectivos em espaços importantes como são as Zonas Industriais, no Canhoso: ETAR, Jardim de Infância, Polidesportivo, sendo que no Parque Industrial do Tortosendo também estava previsto um Jardim de Infância. -----

O Mapa do Ruído encontra-se desactualizado há 11 anos. -----

A cidade, nomeadamente, e o seu centro histórico, conhece uma dinâmica de recuperação/reabilitação urbana, mas importa perceber a natureza, o impacto, as consequências dessa transformação, também no direito à habitação, combatendo a especulação imobiliária, a gentrificação, a descaracterização. É que a reabilitação urbana não é neutra, do ponto de vista dos interesses que serve e das suas consequências sociais. -----

Ainda na questão da habitação é fundamental abordar os bairros de gestão municipal. Bairros, habitados por população de mais baixos rendimentos e inúmeras vulnerabilidades, de casas deterioradas, sem condições de habitabilidade e sem manutenção; lojas abandonadas; um espaço público onde faltam equipamentos para crianças e idosos e espaços verdes; onde falta segurança e tranquilidade, actividades de lazer, cultura e desporto; onde faltam transportes e equipamentos. Bairros onde tardam as obras e as que se perspectivam, sendo importantes, não jogam com as necessidades há muito identificadas. -----

A base económica do concelho é constituída de forma esmagadora por micro - pequenas e medias empresas (97% de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço), mas não se vislumbram medias específicas no Orçamento para 2020, ao passo que a isenção de derrama para os pequenos negócios foi mesmo rejeitada. -----

E nada se diz relativamente aos salários! Que sabemos serem baixos, muito baixos. -----

Nos serviços públicos municipais a privatização da água e do saneamento, e de parte da recolha de resíduos, estão na base dos preços elevados que pagamos por serviços essenciais. Mas por ex. na recolha de resíduos tarda em chegar à cidade uma contentorização adequada por exemplo ao centro histórico e nem se ouve falar de sistemas como pagar pelo produzido (PAYT), recolha selectiva porta-a-porta. -----

Outra área decisiva são os transportes, o direito à mobilidade. A redução dos preços dos passes conquistada com a intervenção do PCP e a luta dos utentes e trabalhadores foi um avanço, mas desigualdades e as dificuldades persistem...para além disto, há uma interrogação que resulta da leitura do Relatório e que é a afirmação de que o município ponderou (pondera?) ser «sócio de capital de empresas de transporte terrestre...»; porém, a realidade é que optou sempre pela concessão/privatização deste direito fundamental, mesmo quando promete uma revolução. ---

Relativamente à rede viária urbana, a maior parte dela em mau estado, continua por concluir. - Importa ainda falar do futuro, da aposta na qualificação, no compromisso com as novas gerações, ou seja, de Educação. E aqui também os desafios são muitos, assim como os problemas como o Relatório aponta. E por isso quando vemos esta maioria e esta Câmara a abraçar alegremente a transferência de competências na educação, não podemos deixar de alertar para as consequências -----

O Estado do Ordenamento do Território, o Estado da Cidade e do Concelho que temos é o resultado de uma política que em grande parte concentrou os meios e o investimento na cidade, em detrimento de uma política de planificação do território e do espaço urbano visando o bem-estar e o desenvolvimento económico, social e ambiental. -----

Num amplo e efectivo debate sobre o concelho que envolva toda a população e as forças vivas, as questões da habitação, os transportes e mobilidade, a educação, o desenvolvimento, os serviços públicos, o ambiente, têm que ganhar centralidade. -----

Pela nossa parte, continuaremos empenhados em contribuir para construir uma cidade e um Concelho que preserve a sua matriz identitária, que valorize as actividades humanas – nas suas mais variadas expressões: trabalho, relações sociais e afectivas, cultura e memória – que são a base e o fundamento da sua densidade. Uma cidade e um Concelho que promova a igualdade na sua fruição e fortaleça o exercício de direitos: o direito à habitação, ao emprego, à mobilidade, à cultura e ao lazer. Um Concelho mais justo, mais desenvolvido e democrático. ---
Os Eleitos do PCP” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Covilhã – REOT COVILHÃ 2019 – Versão Final - Relatório de Ponderação dos Resultados da Discussão Pública** foi a mesma **aprovada por maioria, com 23 votos a favor (PS, PCP e IND) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PSD)**.-----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “O CDS-PP absteve-se neste ponto, não pelo adiantado da hora, nem pela somenos importância deste relatório. Estes relatórios identificam a realidade que existe. Não podemos deixar de tomar nota que este relatório é feito com dados demográficos e estatísticos de 2011 e 2016 e, portanto, são relatórios que começam a ser desfasados da realidade. Temos que ter a noção de que o relatório, em si, é um instrumento extraordinariamente importante para aquilo que a Câmara tem que fazer no futuro e para a definição das políticas urbanísticas. -----

Aquilo que me preocupa, a abstenção é neste sentido, é que o relatório está, na sua globalidade, bem elaborado; o problema são os dados que faltam e, sobretudo, falta-nos aqui depois a consequência – que é o que é que a Câmara quer fazer com este relatório e isso é que nos falta saber em termos urbanísticos. Continuamos a fazer a gestão casuística das obras e da aprovação dos licenciamentos e continuamos com o PDM à espera de ser aprovado e de ser revisto. Portanto, continuamos com a política urbanística que temos que, de facto, deixa muito a desejar nesta matéria. -----

Muito obrigado.” -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor José Carlos Pereira Pais de Verdelhos. -----

--- O Senhor **José Carlos Pereira Pais**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 31)** -----

“Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores Deputados Municipais, Boa Tarde. -----

A minha intervenção é na qualidade de cidadão natural e residente em Verdelhos, sendo dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã: -----

Um estudo recente realizado por investigadores do “CENSE” Centro para a Pesquisa Do Ambiente e sustentabilidade, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa bastante divulgado pela comunicação social, Verdelhos é considerada a Freguesia Portuguesa mais vulnerável ao frio. -----

A investigação considerou como aspetos; a região climática, o tipo de habitações e as características dos edifícios, que permitem ou não combater as condições climatéricas adversas, foram também tidos em conta os indicadores económicos relativamente à capacidade de cada família pagar a energia necessária para climatizar a própria habitação. -----

Não há qualquer índice que permita identificar quais as pessoas em situação de pobreza energética uma vez que em Portugal esta situação não está quantificada, o estudo apenas permitiu sinalizar as Freguesias mais vulneráveis às condições climatéricas. -----

Assim sendo gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara Doutor Vítor Pereira: Que procedimentos a Câmara Municipal da Covilhã já realizou ou planeia realizar para pelo menos minimizar a questão da vulnerabilidade ao frio na freguesia de Verdelhos? -----

Muito obrigado” -----

De seguida, foi atribuída a palavra ao Senhor **Miguel Ângelo Bizarro Morais** que fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 32)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O meu nome é Miguel Ângelo Bizarro Morais, e esta minha intervenção não tem nenhuma conotação política, apenas pretendo encontrar soluções para o problema que apresento, defender os meus direitos como cidadão, e que V. exa. Sr. Presidente da Câmara da Covilhã, se digne a responder às questões que irei colocar, pretendo que isto fique bem claro. -----

Como é do conhecimento de V. exa., enviei um mail ao seu cuidado no passado dia 22 de Novembro dando-lhe nota da urgente necessidade de reparação do caminho público na Quinta do Desbucho na freguesia do Ferro, onde resido desde 2002. -----

Na sequência de vários pedidos por carta e mail de há vários anos a esta parte para esta Câmara, nada tem sido feito no caminho em particular e noutros identificados pelo Sr. Presidente da Junta do Ferro como prioritários, revelando a Câmara da Covilhã da qual preside, uma total inércia e nenhuma preocupação pelos problemas que afetam os seus munícipes. -----

Relembrando uma das minhas solicitações a V. exa., requerida em 22/7/2015 ainda com o antecessor presidente de junta de freguesia do Ferro, foi enviada resposta em 10/08/2015, pelo Diretor de departamento de obras e planeamento, demonstrando: -----

- Uma falta de **rigor dos factos**, dado que refere tratar-se de um caminho de acesso à minha propriedade quando se trata de um caminho público com iluminação pública há muitos anos;

- É **ofensiva**, referindo que o tipo de viaturas automóveis a utilizar para percorrer caminhos em espaço rural não pode ser o mesmo tipo de viaturas que circulam em meio urbano. De referir, que a minha habitação se situa a 1000 m do centro do Ferro; -----
- É **discriminatória** referindo que a pavimentação de caminhos, na ausência de redes públicas de abastecimento de água e de drenagem de esgotos, não deve ser feita. -----

Face ao exposto, solicito a V. exa. esclarecimento de qual a razão do cidadão da República de Portugal e munícipe da cidade da Covilhã, residente da freguesia do Ferro, Miguel Ângelo Bizarro Morais, não ter o direito de ter um caminho público arranjado de acesso à sua residência e habitação própria permanente, e ao cidadão Jorge Manuel Afonso Gomes que tem uma habitação junto ao regadio em zona rural, ter sido arranjado e asfaltado com cola todo o caminho de acesso à sua propriedade. -----

A obra foi concluída recentemente, sendo do conhecimento público e motivo de indignação e revolta, que viola o princípio da igualdade entre cidadãos. -----

Perante estes factos, pergunto a V. exa., na primeira pessoa e de forma clara e objetiva, qual a razão? -----

- Tratava-se de um dos seis caminhos públicos identificados como prioritários pela Junta de Freguesia do Ferro? -----
- Residem muitas famílias no acesso em questão que tenham aí a sua habitação própria permanente? -----
- Tal como referem na carta que me enviaram, se não existirem redes públicas de abastecimento de água e drenagem de esgotos a pavimentação de caminhos não deve ser feita, será que aqui existem? -----
- A manutenção e conservação de caminhos em espaço rural nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 16.º da Lei 75/2013 de 12 Setembro, é uma competência material da Junta de Freguesia, em cujo território se desenvolve o acesso, teve a Junta de freguesia do Ferro conhecimento oficial desta obra? -----
- Estando a obra feita, que é um facto do conhecimento público, pergunto a V. exa., qual o valor orçamentado da mesma, quem a autorizou e quem a suportou na sua totalidade? -----
- Para quando a reparação e requalificação do caminho público da Quinta do Desbucho no Ferro onde resido? -----

Não posso deixar de recordar a V. exa., qual era o principal mote da sua campanha quando se candidatou, se bem me lembro: “COVILHÃ DE TODOS PARA TODOS”. -----

Obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia do Ferro, pediu a palavra e disse: -----

“É sempre bom ter Ferrenses com sangue na guelra, porque muitos dos problemas que temos no Ferro às vezes precisavam, para o bem e para o mal, um bocadinho mais de intervenção dos Ferrenses. -----

Em relação ao caminho da Quinta *do Amieiro*, se não estou em erro, aconteceu com aquele caminho, basicamente o que aconteceu com o meu caminho há sete anos atrás - que foi eu chegar à Câmara, negociar e pagar para me alcatroarem o caminho. -----

A informação que temos, na Junta de Freguesia, em relação ao caminho em questão é que, de facto os materiais, todos os materiais foram pagos pelo Senhor Vereador Jorge Gomes. -----

Agora, não é só más notícias, esta questão dos caminhos é a grande preocupação da Junta de Freguesia do Ferro. O Senhor Presidente e o Senhor Vereador José Miguel Oliveira podem confirmar que a Junta de Freguesia do Ferro sacrificou uma obra do orçamento de 2020 para, em troca, conseguir alcatroar quatro caminhos. -----

Nos próximos 10 meses haverá quatro caminhos prioritários alcatroados (sendo que um deles é o seu), porque é a grande preocupação da Junta do Ferro e decidimos prescindir do campo das festas em troca do alcatroamento de quatro caminhos que servem mais de 150 pessoas. ---

Espero que isto tenha clarificado o mais possível. -----

Tenho dito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a presença e as questões colocadas pelos Municípios e informou o Senhor José Carlos Pereira Pais - dizendo-lhe que viu a reportagem televisiva sobre Verdelhos *A Aldeia mais vulnerável ao frio* “não conheço o estudo, não é da minha área, já pedi que me fornecessem informação para nos podermos pronunciar e vemos quais são essas vulnerabilidades.” -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara referiu, respondendo também ao Senhor Miguel Ângelo Bizarro Morais, que ao longo dos anos se foi construindo e reconstruindo em zonas que podemos todos questionar se deviam ou não ser zonas para habitação nos moldes tradicionais. Disse também: “Senhor Miguel Morais - para mim, não há Cidadãos de primeira ou de segunda, Vereadores ou Ministros, Presidente da República ou o mais humilde dos Cidadãos. São todos iguais! -----

O Senhor Vereador explicou-me que, tratou do assunto com o Senhor Presidente da Junta, levou para lá os materiais, a máquina estendeu, pôs a cola, pagou a cola, pagou os materiais. A situação é idêntica à do Senhor Presidente da Junta. -----

Agora, pormenores não tenho mais do que estes. A questão é tão simples quanto isto, não há aqui qualquer discriminação ou ordem para discriminar.

Eu não conheço o seu caso em concreto, apesar dos documentos que já terá enviado, são questões de natureza técnica, não são de natureza política em que o Presidente da Câmara tenha que decidir. É o que se me oferece dizer.” -----

- O Senhor **Miguel Ângelo Bizarro Morais** pediu novamente para intervir e referiu: “a minha casa foi construída em 2001, eu não assinei nada a dizer que prescindia do alcatrão. Eu não assinei nada. Quando o meu projeto foi aprovado na Câmara, com todos os estudos, não me disseram que eu tinha que prescindir do alcatrão, nem redes fluviais, nem do saneamento. Nas construções recentes se calhar dizem isso, mas a mim não. -----

Tenho em frente da minha casa 4 postes de iluminação pública e eu preciso é do alcatrão, porque ando no meio da lama há 18 anos. Em 18 anos foi lá uma vez uma niveladora. Ando de enxada na mão a fazer regos para a água ser encaminhada, do meu bolso já despendi alguma gravilha. -----

Só quero que isto fique bem claro, eu não venho aqui a pedir nada que não tenha direito. Eu quero um tratamento igual, mais nada. Não conheço os Senhores, não tenho redes sociais, não tenho nada disso. Não vou a fazer disto mexericos, nada disso. Só quero tratamento igual, eu e todos os Cidadãos que vivem no Ferro. Em 18 anos alcatroaram um caminho, que eu me lembre. Mas o que é isto? -----

Então, eu decido fixar a minha residência no Ferro, estamos aqui a falar de interioridade e destas coisas todas e tratamos as pessoas assim? Não pode ser, desculpem lá, a Covilhã não é só a Cidade, as outras pessoas também precisam. E, nós Cidadãos temos que exercer esse direito de cidadania. É por isso que eu aqui venho. -----

Eu andei muitos anos, a esta parte, pedidos, cartas, pedidos, cartas, um Presidente da Junta, dois, três, mas chega. -----

Como o que já expliquei, isto daria pano para muitas mangas e eu não quero, porque eu não sou político, não tenho conotações políticas e apenas quero que a verdade venha ao de cima. - Não vou alongar-me mais, já vi que o assunto está encaminhado, vou esperar que esteja resolvido e no momento próprio venho a esta Assembleia prestar o meu agradecimento. -----

Muito obrigado, pela atenção. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara** saudou a intervenção do Senhor Miguel Morais e referiu que não tem nada a agradecer, porque aquilo que os políticos fazem no exercício de funções, “não é para se agradecer, porque é nossa obrigação, ou se saúda ou se critica. -----

Esteja à vontade e que tão depressa como possível, tenha o seu caminho transitável para lá circular com segurança e andando mais rápido.” -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,